DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8184 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Taxa de desemprego cai para 6,9%, menor nível desde 2015

Economia Pág.04

População ocupada renovou mais um recorde, atingindo 101,8 milhões de pessoas

No melhor resultado para um trimestre desde o terminado em janeiro de 2015, a taxa de desemprego no trimestre encerrado em junho recuou para 6,9%, ante 7,9% no trimestre móvel anterior, segundo a Pnad Contínua divulgada ontem, 31. No segundo trimestre de 2023, o índice era de 8%. A marca atingida em junho é menos da metade do pico da série histórica do IBGE, em março de 2021, ainda durante a pandemia de covid, quando a taxa alcançou 14,9%. A população ocupada renovou mais um recorde, atingindo 101,8 milhões de pessoas. Esse contingente é 1,6% maior que o do trimestre anterior e 3% superior ao do mesmo período do ano passado. O comportamento do nível de emprego é reflexo de melhora do quadro geral das atividades econômicas e do crescimento da renda da população, apontou o IBGE.

(Foto: Agência Brasília)

No trimestre encerrado em junho, o número de pessoas que procuravam trabalho ficou em 7,5 milhões – o menor desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015.

Medicina Pág.11

Estudo revela que mulheres negras representam a maioria das gestantes com HIV no Brasil

Esportes Pág.08

Por que os capacetes são o novo acessório indispensável dos surfistas nas competições

Economia Pág.04

Subutilização da força de trabalho recuou de 17,9% para 16,4%

A taxa composta de subutilização da força de trabalho retrocedeu de 17,9% no trimestre até março para 16,4% no trimestre até junho. Faltava trabalho para 19 milhões de pessoas no País, das quais 7,54 milhões estavam sem nenhuma ocupação, segundo dados do IBGE.

FLOCOS DE NEVE
A neve na forma mais conhecida, em formato hexagonal, parecendo uma pequena estrela

NEVE GRANULAR
Grãos pequenos ligeiramente achatados ou alongados, com um diâmetro inferior a 1 mm

GRANIZO MIÚDO
Pedaços de gelo com até 5 mm de diâmetro. Podem ser esféricos, irregulares ou cônicos

GRAUPEL
Partículas mais pesadas de neve. Tem formato redondo e pode parecer isopor

GRANIZO
Pedras sólidas de gelo, de 5 mm até o tamanho de uma laranja

CHUVA CONGELADA
Ocorre quando a chuva congela ao atingir a superfície

AGUANEVE
Neve parcialmente congelada, com partes "cristalizadas. Normalmente é transparente

SINCELO
Ocorre em nevoeiros em temperaturas de -2º C a -8º C. É o congelamento das gotas de água em suspensão

No Brasil, granizo miúdo e neve granular são fenômenos frequentes

FONTE Sociedade Americana de Meteorologia

® INFOGRAFFO

Geral Pág.06

Correição aponta para 'achados' que ligam juízes a ineficiência no TJ-BA

A primeira blitz da correição extraordinária realizada no TJ-BA pela Corregedoria Nacional de Justiça, durante o recesso, apontou "ineficiência grave" no Tribunal que atravessa uma crise sem precedentes, indicando esquema de venda de sentenças supostamente montado por desembargadores, juízes de primeiro grau, advogados e empresários.

Contexto Jurídico Pág.10

Liberdade de escolha: Novo regulamento permite instalação de lojas concorrentes em shopping

Meio Ambiente Pág.13

Estudo revela que Cerrado conta com milhões de hectares de vegetação sob risco de degradação

Internacional Pág.05

Israel ataca Beirute tendo como alvo chefe do Hezbollah

Política Pág.03

Servidores da ANP participavam de adulteração de combustíveis, diz PF

Internacional Pág.05

Maduro acusa Musk por ataque ao Conselho Nacional Eleitoral

Política Pág.03

Decisões do STF prejudicaram combate à corrupção no Brasil, diz Barroso

Esportes Pág.08

Técnico do Guarani promete salvar time da queda e pede novos jogadores

Economia Pág.04

Incerteza da economia registra queda de 0,3 ponto em julho

Internacional Pág.05

Presidente do México critica manifestação da OEA sobre Venezuela

Esportes Pág.08

Ponte Preta aposta em reforços da Portuguesa para decolar no campeonato

Política Pág.03

Ação sobre 'emendas pix' é redistribuída a Flávio Dino

(Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF)

O ministro Flávio Dino é o relator da ação sobre o orçamento secreto no STF.

A ação ajuizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) contra as chamadas "emendas pix", aquelas que permitem a transferência direta de recursos públicos sem transparência, foi redistribuída ao ministro Flávio Dino, relator da ação sobre o orçamento secreto. A decisão foi do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que retirou o caso das mãos de Gilmar Mendes.

Política Pág.03

Brasil seguirá cobrando apresentação das atas das eleições na Venezuela

O governo brasileiro continuará exigindo a apresentação das atas eleitorais do pleito presidencial na Venezuela, que ocorreu no último domingo, 28, declarou ontem, 31, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Ele disse que o Brasil quer ter a melhor relação possível com todos os países vizinhos.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE

Os benefícios da prática esportiva para o cérebro
https://shre.ink/DfvQ

Leis e Projetos Pág.02

Lei da solidariedade: Dívidas dos clubes com a União podem ser revertidas em ações para a infância

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,21%
IGP-M (FGV) - mês	0,61%
IPC (FIPE) - mês	0,23%
TR pré	0,0744%
Taxa básica financeira - TBF	0,8452%
Ibovespa (pontos)	127.651
Poupança (mês)	0,57%
CDB pré 30 dias - ano	10,10%
CDB pré 90 dias - ano	10,18%
CDI acumulado - mês	0,87%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,6540/R$ 5,6540
Dolar turismo	R$ 5,6780/R$ 5,8580
Euro turismo	R$ 6,1180/R$ 6,1180

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Proposta prevê criação de relatório para subsidiar política pública para mulher

O Projeto de Lei 1008/24 propõe a criação de um relatório anual com dados socioeconômicos que serão utilizados para desenvolver políticas públicas voltadas para mulheres. Os governos locais poderão contratar empresas especializadas para coletar essas informações.

O relatório deverá incluir dados como:

- Taxa de emprego formal e informal;
- Número de mulheres vítimas de violência;
- Expectativa média de vida;
- Taxa de mortalidade;
- Grau médio de escolaridade.

O objetivo do diagnóstico é promover o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, sua autonomia financeira, incentivar o empreendedorismo e promover relações de trabalho equitativas, entre outros.

De acordo com o deputado Zucco (PL-RS), autor da proposta, a intenção é ampliar o conhecimento sobre as condições de vida das mulheres. "O conhecimento concreto será essencial para qualificar e aprofundar a melhoria das condições de vida das mulheres brasileiras", afirmou o parlamentar.

Próximos passos - A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

Entra em vigor lei que cria a Letra de Crédito do Desenvolvimento

A Lei 14.937/24, que institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), entrou em vigor recentemente, trazendo uma nova modalidade de investimento de renda fixa ao mercado financeiro brasileiro. A LCD poderá ser emitida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros bancos públicos de desenvolvimento, com o objetivo de captar recursos para financiar projetos de longo prazo que impulsionem o desenvolvimento econômico do país.

Características da Letra de Crédito do Desenvolvimento - A LCD é similar às Letras de Crédito Agrícola (LCA) e Imobiliário (LCI), já conhecidas no mercado. Esses títulos de crédito são nominativos, transferíveis e de livre negociação, representando uma promessa de pagamento em dinheiro. A emissão da LCD será feita exclusivamente de forma escritural, ou seja, registrada em entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Benefícios Tributários - Um dos principais atrativos da LCD são os benefícios tributários oferecidos aos investidores. Para pessoas físicas, os rendimentos obtidos com a LCD serão isentos do Imposto de Renda, enquanto para pessoas jurídicas, a alíquota será reduzida para 15%2. Esses incentivos fiscais visam tornar a LCD uma opção atraente para investidores, estimulando a captação de recursos necessários para o desenvolvimento econômico.

Limites de Emissão - Inicialmente, a emissão da LCD pelos bancos de desenvolvimento será limitada a R$ 10 bilhões por instituição, por ano. Esse limite busca garantir um controle sobre a quantidade de recursos captados e assegurar que os projetos financiados sejam viáveis e bem estruturados.

Objetivos da Lei - O governo destaca que a criação da LCD tem como principal objetivo garantir recursos para o financiamento de longo prazo de projetos que promovam o desenvolvimento econômico do Brasil. Isso inclui investimentos em infraestrutura, indústria, inovação e pequenas empresas. A expectativa é que, com a captação de recursos a custos mais baixos, os bancos de desenvolvimento possam oferecer melhores condições de financiamento para esses setores estratégicos.

Proposta dá ao MP a iniciativa em ação contra crime de invasão de dispositivos

Um projeto de lei em tramitação no Senado, de autoria do senador Carlos Viana (Podemos-MG), propõe uma mudança significativa na forma como os crimes de invasão de dispositivos eletrônicos são tratados no Brasil. O Projeto de Lei 2.801/2024 autoriza o Ministério Público (MP) a iniciar ação penal para investigar esses crimes, mesmo que a vítima não apresente representação na Justiça.

Alterações no Código Penal - O texto do projeto altera o artigo 154-A do Código Penal (Lei 12.737, de 2012), que atualmente exige que a vítima entre com representação para autorizar a instauração de inquérito policial ou ação penal. A exceção a essa regra é para crimes cometidos contra a administração pública direta ou indireta, ou contra concessionárias de serviços públicos.

Penas Previstas - Atualmente, a pena para quem pratica o crime de invasão de dispositivo informático é de reclusão de dois a seis anos, além de multa. Se houver divulgação, comercialização ou transmissão dos dados obtidos, a pena pode ser aumentada em até dois terços. O projeto de Viana propõe que a invasão de dispositivos seja tratada como crime de furto, sem a necessidade de manifestação da vítima, caracterizando uma ação pública incondicionada.

Justificativa do Projeto - O senador Carlos Viana argumenta que o roubo de informações é um dos crimes que mais cresce no país, com as informações pessoais sendo as mais vulneráveis. Ele destaca que o Estado tem o dever de reprimir e punir severamente esses crimes, que estão em constante crescimento.

Viana cita uma pesquisa realizada pelo SAS Institute, empresa de inteligência e gerenciamento de dados, que revela que 80% dos consumidores brasileiros já sofreram fraude digital pelo menos uma vez na vida. Mais da metade dos entrevistados (52,8%) afirmaram ter sido vítimas de crimes eletrônicos duas ou mais vezes.

Próximos Passos - O Projeto de Lei 2.801/2024 ainda não foi distribuído para as comissões do Senado, onde será analisado antes de seguir para votação. Se aprovado, representará um avanço significativo na proteção dos direitos dos consumidores e na luta contra crimes cibernéticos no Brasil.

Projeto permite que clubes esportivos destinem parte de dívidas com a União a projetos para crianças

O Projeto de Lei 1100/24 propõe que clubes esportivos profissionais com dívidas tributárias e previdenciárias junto à União possam destinar 5% desses débitos para projetos paradesportivos. Esses projetos são voltados para crianças, adolescentes e jovens inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) e beneficiários do Bolsa Família. Atualmente, o texto está em análise na Câmara dos Deputados.

Os ministérios da Fazenda, do Esporte e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome serão responsáveis por definir, em conjunto, os critérios para a concessão das bolsas integrais a esses jovens. As bolsas deverão incluir, no mínimo, assistência médica, fisioterápica e odontológica, além de alimentação, transporte e uma ajuda de custo mensal para os participantes dos projetos.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Alexandre Lindenmeyer, o autor da proposta.

O deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), autor da proposta, estima que as dívidas tributárias e previdenciárias dos clubes esportivos profissionais com a União somam cerca de R$ 3 bilhões. Ele acredita que a medida permitirá que essas entidades regularizem parte de suas dívidas.

"A destinação de parte das dívidas dos clubes para projetos paradesportivos voltados para crianças, adolescentes e jovens inscritos no Cadastro Único e beneficiários do Bolsa Família é uma forma eficaz de combater a exclusão social e promover o paradesporto", afirma o parlamentar.

Tramitação - A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Esporte; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto assegura apoio psicológico e jornada reduzida para servidor com burnout

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Clodoaldo Magalhães, o autor da proposta.

O Projeto de Lei 1889/24 assegura aos servidores públicos diagnosticados com síndrome de burnout ou outras doenças psiquiátricas o direito de reduzir sua jornada de trabalho pela metade por um período de seis meses, sem prejuízo salarial. A proposta também garante acompanhamento psicológico regular, custeado pelo órgão empregador.

A síndrome de burnout, também conhecida como esgotamento profissional, é um distúrbio emocional caracterizado por exaustão extrema, estresse e esgotamento físico devido a condições de trabalho desgastantes.

"O projeto oferece suporte estrutural aos servidores públicos em momentos de vulnerabilidade, garantindo que possam recuperar sua saúde mental plenamente, sem o receio de perderem seus salários ou cargos", explica o deputado Clodoaldo Magalhães (PV-PE), autor da proposta.

Ele acrescenta que a medida "não apenas apoia a recuperação individual, mas também promove um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo".

O projeto também permite a prorrogação da redução da jornada de trabalho por períodos adicionais de três meses, mediante nova avaliação médica e psicológica.

Além disso, o servidor com jornada reduzida não poderá ser transferido ou realocado sem seu consentimento, exceto por recomendação médica ou necessidade de tratamento.

Próximos passos - A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Administração e Serviço Público; de Trabalho; de Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto dá pena de até 50 anos para membro de facção que cometer homicídio

O Senado está prestes a analisar um projeto de lei que prevê penas de até 50 anos de prisão para homicídios cometidos por membros de organizações criminosas, milícias privadas ou grupos de extermínio. Se aprovado, será a punição mais severa para um crime na legislação brasileira. Inicialmente, o texto será avaliado pela Comissão de Segurança Pública do Senado (CSP).

O projeto de lei (PL 1.001/2024), de autoria do senador Marcos do Val (Podemos-ES), estabelece uma pena mínima de 25 anos e máxima de 50 anos, além de multa, para crimes cometidos por esses grupos. Segundo a proposta, basta que o infrator seja membro da organização e cometa o assassinato em benefício dela para ser punido, independentemente do motivo. Atualmente, a pena mais longa prevista em lei é de 30 anos de reclusão, como no caso de estupro seguido de morte.

Para o senador Marcos do Val, a atuação das organizações criminosas é um dos maiores desafios enfrentados pelos brasileiros. Ele relaciona a proposta ao Pacto Regional pela Segurança Pública e Enfrentamento ao Crime Organizado, assinado pelos estados das regiões Sul e Sudeste em março de 2024.

(Foto: Pedro França/Agência Senado)

O projeto (PL 1.001/2024), do senador Marcos do Val (Podemos-ES), prevê pena mínima de 25 anos e máxima de 50 anos para o crime cometido pelos criminosos, além de multa.

"O pacto propõe o endurecimento das leis penais e a criação de um gabinete integrado das forças de segurança. Com penas mais severas, acreditamos que estaremos ajudando os governadores a combater o crime organizado de forma mais eficaz", afirma o senador.

O projeto de lei inclui um novo crime qualificado no Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940), eliminando o atual aumento de pena para homicídios cometidos por milícias privadas ou grupos de extermínio. Atualmente, esses homicídios têm suas penas aumentadas de um terço à metade, uma das quase 20 situações de agravamento previstas no Código Penal.

Beneficios prejudicados - O projeto de Marcos do Val prevê pena de reclusão para esse tipo de homicídio, que é uma punição mais severa e geralmente cumprida em regime fechado, em estabelecimentos de segurança média ou máxima. No entanto, o Código Penal limita a privação de liberdade a 40 anos.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

STF tira ação contra 'emendas pix' de Gilmar e leva para Dino, relator do orçamento secreto

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu redistribuir a ação ajuizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) contra as chamadas "emendas pix" para o ministro Flávio Dino, que relata ação sobre o orçamento secreto. Barroso considerou o "risco concreto de decisões conflitantes" sobre o tema.

A decisão foi tomada após o ministro Gilmar Mendes, que havia sido sorteado relator, pedir para Barroso rever a distribuição do processo. Gilmar questionou sua relatoria por entender que tanto a ação contra as "emendas pix" quando a ação que trata do orçamento secreto estão "fundadas em ausência de publicidade, transparência, fiscalização e responsabilização".

"Foi instaurada audiência de conciliação na ADPF 854/DF, na qual um dos objetivos centrais é afastar as práticas viabilizadoras do orçamento secreto. A requerente, por sua vez, sustenta que as emendas pix consubstanciam uma espécie de orçamento secreto e que têm sido utilizadas para burlar o comando emanado deste Tribunal", afirmou Gilmar ao submeter o questionamento a Barroso ontem.

(Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

O ministro Flávio Dino é o relator da ação sobre o orçamento secreto no STF.

Na petição enviada ao Supremo na semana passada, a Abraji pediu que o processo seja distribuído a Dino por "prevenção", pelo fato de ele ser relator de ação que trata de tema semelhante. Em 2022, o Supremo declarou inconstitucional o chamado orçamento secreto, como ficaram conhecidas as emendas de relator identificadas pela sigla RP-9.

A ação foi herdada por Dino do acervo da ministra Rosa Wever, que se aposentou.

As "emendas pix" são emendas parlamentares individuais que permitem a transferência direta de recursos públicos sem transparência.

PF vê 'mensalinho' a servidores da ANP em esquema de combustíveis adulterados

(Foto: Arquivo/Agência Brasil)

Agência Nacional do Petróleo informou que colabora com as investigações.

A Polícia Federal identificou o pagamento de propinas, por parte de organizações criminosas especializadas na adulteração de combustíveis, a pelo menos três servidores da Agência Nacional do Petróleo conhecidos como 'Veinho', 'Pinga' e Valmir. Um deles já está aposentado e os outros dois foram afastados de seus cargos.

A ANP, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, informou que colabora com as investigações e que dois servidores terceirizados foram afastados de suas funções na capital paulista.

Os pagamentos eram realizados em dinheiro em espécie e também por meio de transferências mensais, uma espécie de mensalinho. A PF apura o suposto pagamento de ao menos R$ 283,3 mil em propinas.

O esquema teria beneficiado um empresário que seria "influente" na ANP. Seu nome é Marcos Estéfano Perini, o 'Olho azul' ou 'Alemão'. O Estadão busca contato com a defesa.

A PF diz que as propinas abasteciam suas contas. Rastreamento bancário encontrou transferências para contas de 'Olho azul', entre 2019 e 2023, a partir de contas usadas por duas quadrilhas para movimentar recursos obtidos ilicitamente com o comércio ilegal de combustíveis adulterados. Os valores passam de R$ 220 mil.

As informações constam do inquérito da Operação Boyle, que mira três organizações criminosas especializadas em adulteração de combustível, até com uso de metanol, substância altamente inflamável e tóxica - seu uso como combustível é proibido.

Os achados dessa investigação levaram à abertura, na última terça, 23, da 'Operação Barão de Itararé', que fez buscas nos endereços do auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Ricardo Catunda do Nascimento Guedes, sob suspeita de corrupção e favorecimento a uma das quadrilhas.

'Veinho' é o termo usado pelos investigados para se referir a Domingos Martins Lemos Filho, servidor da ANP que se aposentou em janeiro deste ano.

Barroso afirma que decisões do STF atrapalharam combate à corrupção no Brasil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso disse, terça-feira, 30, que em algumas decisões polêmicas da Corte houve uma atuação mais "controvertida" - e elas atrapalharam o combate da corrupção no País.

O posicionamento foi dado durante um evento do ciclo de conferências da Academia Brasileira de Letras (ABL) na sede da organização no Rio de Janeiro (RJ). Ao palestrar sobre a "Justiça", o magistrado citou casos em que o Supremo voltou atrás, o que para ele gera problemas porque pode eternizar os processos por eles prescreverem, e, assim, não é possível prestar satisfação social a respeito da situação.

"O Supremo anulou o processo contra um dirigente de empresa estatal que tinha desviado alguns milhões porque as alegações finais foram apresentadas pelos réus colaboradores e pelos réus não colaboradores na mesma data, sem que isso tivesse trazido nenhum prejuízo. Também acho que atrapalhou o enfrentamento à corrupção", argumentou citando a Operação Lava Jato, o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB) do cargo e a anulação da sentença por causa de depoimentos de delatores.

(Foto: Evaristo Sa/AFP)

Ele citou três decisões contrárias à Operação Lava Jato em que foi derrotado nas votações do plenário.

Barroso diz que as suas posições nos casos não predominaram, porém, o fato dele discordar não o impele a tratar com desrespeito a posição das pessoas que pensam diferente. O jurista foi um dos principais defensores da Lava Jato no STF.

Padilha diz que Brasil vai continuar exigindo apresentação das atas das eleições na Venezuela

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai continuar exigindo a apresentação das atas eleitorais do pleito presidencial na Venezuela, que ocorreu no último domingo, 28, marcada por suspeita de fraude. Padilha defendeu o posicionamento do chefe do Executivo feito na terça, 30, e disse que o Brasil quer ter a melhor relação possível com todos os nossos países vizinhos.

"Nós vamos nos posicionar sobre processo eleitoral quando as atas forem apresentadas. Vamos continuar exigindo essa apresentação para qualquer tipo de posicionamento", afirmou Padilha em entrevista nesta quarta-feira, 31, ao canal ICL.

O ministro afirmou que "o que a gente mais quer" é que não se tenha conflito na Venezuela para que o país possa se desenvolver e, então, fortalecer a América Latina. "Nossos vizinhos se desenvolvendo, significa geração de emprego", pontuou.

Na terça-feira, Lula disse que a "briga" entre chavismo e oposição na Venezuela é "normal", e que seria resolvida apresentando as atas das urnas. O órgão eleitoral, dominado pelo chavismo, declarou o chefe do regime, Nicolás Maduro, reeleito. A oposição, contudo, afirma que houve uma fraude.

Pente-fino do CNJ no TJ-BA pega 'muitos achados' que podem ligar juízes a 'ineficiência'

A Corregedoria Nacional de Justiça começou a analisar informações que colheu durante a correição extraordinária realizada, durante o recesso, no Tribunal de Justiça da Bahia. O pente-fino foi determinado pelo ministro-corregedor Luís Felipe Salomão na esteira de achados de uma inspeção ordinária na Corte baiana, desencadeada em abril.

A primeira blitz motivou investigações disciplinares e apontou "ineficiência grave" no Tribunal que atravessa uma crise sem precedentes após o furacão Faroeste, Operação da Polícia Federal que mira esquema de venda de sentenças supostamente montado por desembargadores, juízes de primeiro grau, advogados e empresários.

O Estadão pediu manifestação do TJ. O espaço está aberto.

A nova correição no TJ, por ordem do ministro Salomão, foi executada há duas semanas. A equipe do corregedor inspecionou 13 unidades administrativas e judiciais da Corte baiana, inclusive os gabinetes da Presidência, da Corregedoria-Geral de Justiça e da Segurança Institucional, além da Secretaria de Planejamento e Orçamento e varas empresariais, de Família, da Fazenda Pública e de delitos praticados por organização criminosa.

Ao determinar a blitz no tribunal, Luís Felipe Salomão destacou a "gravidade" de documentos e indícios encontrados durante a inspeção ordinária de abril. Essa averiguação no Tribunal de Justiça da Bahia avançou sobre aquelas primeiras descobertas. Foram tomados os depoimentos de, ao menos, 39 servidores sobre questionamentos da Corregedoria.

A Corregedoria-Geral de Justiça já instaurou três procedimentos disciplinares. Um deles versa sobre "indícios de descontrole e ineficiência no gerenciamento dos processos" da 5ª Vara de Fazenda Pública de Salvador, com "grande atraso na atuação jurisdicional do magistrado, além de indevida limitação aos atendimentos requeridos por advogados".

A inspeção de abril também constatou que a Corte não cumpriu determinação do CNJ, de 2022, para liberar no Setor de Precatórios o pagamento de acordos "no menor tempo possível".

A Corregedoria ainda decidiu mergulhar em informações sobre os "gravíssimos achados" na Vara de feitos relativos a delitos praticados por organização criminosa e lavagem de dinheiro de Salvador. O CNJ constatou, em abril, "clima organizacional desfavorável, com relatos contundentes de servidores que temem sofrer represália do magistrado titular", além de atrasos regulares do juiz para início de audiências por videoconferência.

A Corregedoria já identificou também "ineficiência no gerenciamento de processos conclusos", especialmente com réus presos, o que gera atrasos "significativos" na análise de pedidos de liberdade e sentenças.

O Tribunal de Justiça da Bahia tornou-se alvo da Corregedoria cinco anos após a abertura da Faroeste, que foi abastecida pela delação premiada da desembargadora Sandra Inês Moraes Rusciolelli, que chegou a ser presa na ofensiva.

Sandra apontou 58 nomes que estariam ligados à estrutura de corrupção e desvios instalada na Corte. Entre os citados nos relatos da delatora estão 12 desembargadores, 11 juízes de primeiro grau, 12 advogados e, ainda, servidores e familiares de magistrados.

Em junho, o Superior Tribunal de Justiça colocou no banco dos réus, na esteira da Faroeste, uma das delatadas por Sandra Inês, a desembargadora Ilona Márcia Reis. Ela é acusada de associação criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo o Ministério Público Federal, teria vendido decisões judiciais em troca de propinas de R$ 800 mil.

No último dia 15, o TJ da Bahia publicou o decreto de aposentadoria compulsória, em razão de idade (75 anos), da magistrada.

Com a palavra, o Tribunal de Justiça da Bahia

A reportagem do Estadão pediu manifestação à Corte estadual, o que não havia ocorido até a publicação deste texto. O espaço segue aberto. (pepita.ortega@estadao.com)

Palmas poderá ter segundo turno nas eleições municipais pela 1ª vez

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou na última terça-feira, 30, a lista das cidades que poderão ter segundo turno nas eleições municipais deste ano que ocorrerão nos dias 6 e 27 de outubro. A lista traz 103 municípios espalhados em todo o Brasil. Pela primeira vez, Palmas (TO) integra o grupo.

Antes, a capital do Tocantins não podia ter segundo turno nas eleições por não atingir a quantidade mínima de eleitores registrados. Todas as outras capitais do País já eram contempladas com a possibilidade.

De acordo com o estatuto eleitoral, apenas cidades que ultrapassaram a marca de 200 mil eleitores podem estender o pleito para mais um dia. Para esses casos, a Constituição determina que o segundo turno ocorra apenas quando nenhum candidato atinge a maioria absoluta dos votos, ou seja, a metade dos votos válidos mais um, desconsiderando os brancos e os nulos.

Comparado às últimas duas eleições municipais, a quantidade do eleitorado brasileiro tem avançado. Em 2016, 92 cidades tinham mais de 200 mil pessoas registradas para votar; em 2020, o número subiu para 95.

Neste ano, oito municípios passaram a integrar a lista, sendo eles: Camaçari (BA), Embu das Artes (SP), Foz do Iguaçu (PR), Imperatriz (MA), Magé (RJ), Parauapebas (PA), São José dos Pinhais (PR) e Sumaré (SP). Governador Valadares (MG) passou de 213 mil eleitores em 2020 para 198 mil neste ano e, por isso, não faz parte da listagem.

De acordo com o TSE, esses 103 municípios, possuem juntos 60,5 milhões de eleitores, o que equivale a 38,8% do eleitorado nacional.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

VAGAS FORMAIS

DADOS DE JUNHO/24

SALDO DE VAGAS (2023 / 2024)

Mês	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J
Saldo	156,9	142,9	220,5	205,9	188,8	123,8	-441,9	168,5	306,1	244,3	240,0	131,8	201,7

VAGAS POR SETOR

Setor	Vagas
Serviços	87.708
Comércio	33.412
Construção civil	21.449
Indústria	32.023
Agropecuária	27.129

VAGAS POR REGIÃO

Região	Vagas
Sudeste	93.681
Nordeste	45.940
Sul	15.287
Centro-Oeste	23.100
Norte	18.261

O salário médio de admissão em junho foi de **R$ 2.132,82**

1,3 milhão empregos formais foram criados no país nos seis primeiros meses deste ano

FONTE Caged/MTE

INFOGRAFFO

Desemprego cai para 6,9%, menor índice do trimestre desde 2014

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em junho caiu para 6,9%, esse é o menor resultado para um trimestre desde o terminado em janeiro de 2015, quando também marcou 6,9%. Observando apenas o período de três meses que vai até junho, é o menor resultado já registrado, se igualando a 2014. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Foto: EBC)

No trimestre móvel anterior, fechado em março, a taxa de desemprego estava em 7,9%.

No trimestre móvel anterior, fechado em março, a taxa de desemprego estava em 7,9%. Já no segundo trimestre de 2023, o índice era de 8%.

A marca atingida em junho é menos da metade do pico da série histórica do IBGE, em março de 2021, quando a taxa alcançou 14,9%.

À época, era o auge da pandemia de covid-19. A série se inicia em 2012. O resultado mais baixo já registrado é de 6,3% em dezembro de 2013. No trimestre encerrado em junho, o número de pessoas que procuravam trabalho ficou em 7,5 milhões - o menor desde o trimestre encerrado em fevereiro de 2015. Isso representa queda de 12,5% no trimestre. Já em relação ao mesmo período do ano passado, a redução foi de 12,8%. A população ocupada renovou mais um recorde, atingindo 101,8 milhões de pessoas. Esse contingente é 1,6% maior que o do trimestre anterior e 3% superior ao do mesmo período do ano passado.

A coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, apontou que as três atividades com alta da ocupação foram o comércio, a administração pública e as atividades de informação e comunicação.

A pesquisadora explicou que o comportamento do nível de emprego é reflexo de melhora do quadro geral das atividades econômicas e do crescimento da renda e da população.

Investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D)

A empresária explica que, para superar a concorrência global, as empresas brasileiras do mercado químico têm investido em áreas de alta especialização e valor agregado, com foco em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

"A Raízen, por exemplo, tem direcionado investimentos para o desenvolvimento de biocombustível e já realizou sua primeira exportação para a Europa. E a parceria entre a Braskem e a francesa Veolia visa implementar um projeto de energia a partir de biomassa de eucalipto em Alagoas", afirma, pontuando que este último projeto, que conta com um investimento de R$ 400 milhões, busca reduzir as emissões de CO? em aproximadamente 150 mil toneladas por ano, alinhando-se aos objetivos da Braskem de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 15% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.

Outro exemplo trazido por Brami foi a Biolab Farmacêutica, que estabeleceu um centro de P&D no Canadá e, em 2022 adquiriu a Exzell Pharma consolidando sua infraestrutura local para melhor exportar sua linha de produtos de saúde animal. Por fim, outras empresas, como a Aché Laboratórios e a Eurofarma, "também têm firmado parcerias com centros de pesquisa nos Estados Unidos, fortalecendo sua presença global', destacou.

Fluxo cambial total em 2024, até 26 de julho, é positivo em US$ 12,375 bi, revela BC

O Brasil acumula um fluxo cambial positivo de US$ 12,375 bilhões em 2024 - superior ao resultado de 2023, quando a entrada líquida atingiu US$ 11,491 bilhões. Os dados, preliminares e com base até o dia 26 de julho, foram divulgados nesta quarta-feira, 31, pelo Banco Central.

O canal financeiro tem saídas líquidas de US$ 41,589 bilhões, resultado de aportes de US$ 337,538 bilhões e de saídas de US$ 379,127 bilhões.

O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações. O saldo do comércio exterior é positivo em US$ 53,964 bilhões em 2024, com importações de US$ 124,633 bilhões e exportações de US$ 178,597 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US$ 19,795 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US$ 42,226 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US$ 116,577 bilhões em outras entradas.

Mensal - Conforme os dados preliminares do BC, o fluxo cambial do Brasil ficou positivo em US$ 937 milhões em julho, até o dia 26. As estatísticas finais serão divulgadas até a terceira semana do próximo mês. Em junho, o fluxo foi positivo em US$ 5,603 bilhões.

Taxa de subutilização da força de trabalho fica em 16,4% no trimestre até junho, afirma IBGE

(Foto: EBC)

No trimestre terminado em junho, faltou trabalho para 19 milhões de pessoas no País, das quais 7,54 milhões estavam sem nenhum trabalho, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa composta de subutilização da força de trabalho passou de 17,9% no trimestre até março de 2024 para 16,4% no trimestre até junho. Esse indicador inclui a taxa de desocupação, a taxa de subocupação por insuficiência de horas e a taxa da força de trabalho potencial, pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar.

No trimestre até junho de 2023, a taxa de subutilização da força de trabalho estava em 17,8%.

Ainda segundo o IBGE, a população subutilizada (12,64 milhões) caiu 8,2% ante o trimestre até março. Em relação ao trimestre até junho de 2023, esse indicador assistiu a um recuo idêntico, de 8,2%. No fim do segundo trimestre 2023, havia 20,35 milhões de pessoas nessa situação.

Desalento - O Brasil registrou 3,3 milhões de pessoas em situação de desalento no trimestre encerrado em junho, segundo os dados da Pnad Contínua divulgados nesta quarta-feira, 31.

O resultado, informou o IBGE, significa queda de 9,6% no indicador em relação ao trimestre encerrado em março. Em três meses, 345 mil pessoas deixaram essa situação. Já em um ano, 422 mil pessoas deixaram o desalento, queda de 11,5%.

A população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade - e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Os desalentados fazem parte da força de trabalho potencial.

Indicador de Incerteza medido pela FGV cai 0,3 ponto em julho ante junho

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) recuou 0,3 ponto em julho em relação a junho, para 110,3 pontos, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). Na métrica de médias móveis trimestrais o indicador subiu 1,3 ponto, para 111,3 pontos.

"O IIE-Br ficou praticamente estável ao final de julho, mas a evolução diária do indicador mostrou uma forte aceleração da incerteza até meados do mês, seguida de uma redução compensatória. O componente de Mídia capturou a intensificação e o arrefecimento das discussões sobre o nível da taxa de juros e as finanças públicas para os próximos anos. O componente de Expectativas seguiu o mesmo padrão ao longo do mês, mas terminou em alta, refletindo uma ligeira piora nos cenários de futuros para a inflação e o câmbio", avaliou em nota a economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), Anna Carolina Gouveia.

O IIE-Br é formado por dois componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza; e o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA.

O componente de Mídia caiu 1,0 ponto em julho, para 109,8 pontos, contribuindo negativamente com 0,9 ponto para o IIE-Br do mês.

MTE: de 59 mil pessoas que pediram demissão, dois terços estão trabalhando com salário maior

De um total de 59 mil trabalhadores que registraram demissão "a pedido" entre novembro de 2023 e abril de 2024, dois terços já estão empregados com um salário maior do que o anterior. A pesquisa foi feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e deve ser divulgada na íntegra na próxima semana. A prévia do levantamento foi antecipada pela subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE, Paula Montagner.

Segundo a subsecretária, 3,77 milhões de pessoas tiveram demissão "a pedido" entre novembro de 2023 e abril de 2024. Deste montante, 59 mil trabalhadores responderam à pesquisa na carteira de trabalho. O perfil do grupo, no entanto, é bem parecido com o universo completo, explicou Paula. "O perfil (das respostas) em termos de idade, escolaridade, sexo e tipo de trabalho é bem parecido com o universo. Essa semelhança ajuda a dizer que não são só eles que responderam à amostra, mas o universo deles", explicou. A pasta ainda está fazendo a análise dos dados completos, mas a subsecretária antecipou que 73% dizem estar satisfeitos com a decisão.

Ela afirmou que, a princípio, quatro elementos aparecem na pesquisa: o fato de que as pessoas foram demitidas "a pedido" por terem outro emprego em vista; por causa de salários baixos; pelo sentimento de não valorização no trabalho; e por problemas éticos com a forma de atuação da empresa.

Paula disse ainda que trabalhadores da área de tecnologia da informação (TI) foram os que registraram melhor desempenho: 58% pediram demissão já tendo emprego em vista. "Não é o maior grupo, mas é o grupo mais bem colocado. Depois vêm pessoas do comércio", afirmou.

Apesar dos dados, a subsecretária avaliou que a rotatividade no mercado de trabalho só faz sentido se houver melhora na produtividade, indicador que, segundo ela, se encontra estagnado no Brasil. "Para indivíduos (que foram demitidos) a pedido, dois terços se deram bem na vida, melhorou um pouco o salário, mas o conjunto da comunidade ainda não está bom, a gente precisava que todos tivessem com melhora de salário, e é por isso que ministro (Luiz Marinho) repete tanto que tem que reduzir a rotatividade e ter aumentos de salário para isso se caracterizar em uma situação melhor para o conjunto dos trabalhadores", avaliou.

Danone amplia lucro em 11,5% no 1º semestre, para US$ 1,26 bilhão

A Danone, empresa francesa do setor de laticínios, informou ontem, 31, que registrou lucro líquido de 1,219 bilhão de euros (US$ 1,26 bilhão) no primeiro semestre do ano.

O resultado representa alta de 11,5% ante o reportado nos seis primeiros meses de 2023, de 1,093 bilhão de euros. O lucro por ação foi de 1,89 euro, ante 1,70 euro no ano passado. O valor do lucro líquido recorrente, que exclui itens excepcionais, subiu 2,6%, para 1,162 bilhão de euros, ou 1,80 euro por ação. Em igual período do ano passado, o montante era de 1,133 bilhão de euros, ou 1,76 euros por ação. Um consenso compilado pela empresa indicava lucro líquido recorrente de 1,11 bilhão de euros.

A receita de vendas recuou 2,9% no semestre, passando de 14,167 bilhões de euros para 13,757 bilhões de euros. Analistas esperavam um valor de 13,66 bilhões de euros.Apesar da baixa, em uma base LFL (Like-For-Like, que considera apenas operações comparáveis, excluindo aquisições, venda de ativos, entre outros no período) houve crescimento de 4% nas vendas trimestrais, impulsionado pelo aumento do volume/mix (+2,1%) e do preço (+2%), disse a empresa.

No segundo trimestre, as vendas cederam 4,1% para 6,938 bilhões de euros, mas subiram 4% na base comparável, com crescimento do aumento de volume/mix (+2,9%) e do preços (+1%).

A companhia reforçou que o crescimento no período veio principalmente pelos volumes, marcando uma mudança em relação ao crescimento impulsionado pelos preços dos últimos anos, na tentativa de cobrir aumentos de custos causados pela inflação. Agora, os produtores de alimentos embalados estão começando a diminuir os preços na tentativa de atrair novamente os clientes. A Danone aumentou os preços em uma média de 7,4% no ano passado, mas disse que abandonaria a política no início deste ano.

A companhia registrou crescimento de 0,7% nas vendas na Europa, tanto em base reportada quanto em base comparável, no segundo trimestre do ano, somando 2,447 bilhões de euros.

Na América do Norte, as vendas caíram 6,4% na comparação anual, mas subiram 5% em base comparável, para 1,595 bilhão de euros. China, Norte da Ásia e Oceania apresentaram um crescimento de vendas de 8,4% em uma base comparável (5% em base reportada), com 1,001 bilhão de euros. Já na América Latina, as vendas aumentaram 4% na base reportada e 5% na base comparável, a 810 milhões de euros.

Caged: expectativa é entrarmos em 2025 com saldo positivo de vagas no RS, diz Marinho

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse na tarde de terça-feira, 30, que esperava um saldo negativo maior de vagas de emprego no Rio Grande do Sul. A expectativa, segundo ele, é de que este próximo semestre seja de ajuste e que a partir do ano que vem o saldo positivo comece a ser registrado no Estado.

"Me surpreendeu o número de junho, achei que (negativo) seria maior que maio. Vamos observar o mês de julho, acho que ainda vai ficar negativo, mas uma tendência é de ir se recuperando. É possível que já tenha setores estabilizados. Nossa expectativa é de que em especial a partir dos projetos, gerando obras, especialmente na construção civil, comece a recuperar e a gente entre no ano que vem de forma positiva", avaliou Marinho.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Israel ataca Beirute tendo como alvo chefe do Hezbollah

Israel atacou os subúrbios de Beirute, capital do Líbano, em retaliação à ofensiva nas Colinas do Golan que matou 12 crianças em Majdal Shams, no fim de semana. Segundo os militares israelenses, o alvo do bombardeio de terça, 30, era Fuad Shukur, também conhecido como Hajj Mohsin, comandante do Hezbollah, grupo xiita libanês que seria responsável pelas mortes no Golan.

O ataque ocorreu em Haret Hreik, zona no sul de Beirute, reduto do grupo. Não está claro se Sukur foi atingido.

"O Exército realizou um ataque pontual em Beirute, contra o comandante responsável pelo assassinato de crianças em Majdal Shams e pela morte de vários outros civis", afirmaram os oficiais israelenses A agência de notícias do Líbano confirmou que o ataque foi realizado com um drone, que lançou três foguetes.

(Foto: EBC)

O Hezbollah atingirá novos alvos israelenses se Israel continuar alvejando civis no Líbano, disse o líder do grupo, Sayyed Hassan Nasrallah.

Reação - No fim de semana, o Hezbollah negou ter sido o autor do ataque nas Colinas do Golan, mas Israel não se convenceu. "O Hezbollah cruzou uma linha vermelha", declarou o ministro israelense da Defesa, Yoav Gallant. O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, prometeu uma "resposta dura". A última vez que Israel atacou Beirute havia sido em janeiro, quando um ataque aéreo matou uma autoridade do alto escalão do Hamas, Saleh Arouri. Com o ataque no Golan, a pressão para a retaliação elevou as tensões de uma guerra de maior intensidade entre Israel e Hezbollah. Os EUA lideram um esforço diplomático para evitar uma escalada.

Majdal Shams, local do ataque do fim de semana, é uma cidade drusa ocupada por Israel na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Muitos moradores se consideram sírios. Os 12 mortos tinham entre 10 e 20 anos. Eles estavam em um campo de futebol, que foi atingido por um foguete - 17 dos 34 feridos estão em estado crítico, incluindo 10 menores de idade.

O ataque ocorreu horas depois de Israel ter lançado um ataque contra o sul do Líbano que matou três membros do Hezbollah.

Ismail Haniyeh, líder do Hamas, é morto no Irã

A Guarda Revolucionária do Irã anunciou que Ismail Haniyeh, líder do grupo terrorista Hamas, foi assassinado em Teerã, no Irã. O comunicado iraniano não forneceu detalhes sobre as circunstâncias da morte de Haniyeh. A televisão estatal iraniana noticiou o assassinato na manhã desta quarta-feira, 31.

Haniyeh estava em Teerã para comparecer à cerimônia de posse do presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, na terça-feira, dia 30. O Irã não deu detalhes sobre como Haniyeh foi morto, e a Guarda disse que o ataque estava sob investigação.

A responsabilidade pelo ataque não foi imediatamente reivindicada, mas suspeitas recaem sobre Israel, que havia prometido retaliar os líderes do Hamas após o ataque do grupo em 7 de outubro, que resultou na morte de 1.200 pessoas e cerca de 250 reféns.

Israel, conhecido por sua política de não comentar ações atribuídas à sua agência de inteligência, o Mossad, não se manifestou sobre o incidente. Nos últimos anos, Israel tem sido acusado de realizar uma campanha de assassinatos visando cientistas nucleares iranianos e figuras ligadas ao programa nuclear do país.

Desde o início de sua campanha contra o Hamas, Israel é acusado de matar mais de 39.360 palestinos e ferir mais de 90.900, segundo dados do Ministério da Saúde de Gaza, que não distingue entre civis e combatentes.

Venezuela: presidente do México critica manifestação da OEA

(Foto: EBC)

Obrador diz que não é possível desqualificar o resultado, mas que é preciso esperar o cálculo das atas.

Os países latino-americanos México, Brasil e Colômbia seguem aguardando e solicitando a publicação das atas eleitorais que permitem a auditoria dos resultados anunciados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que deu 51,21% dos votos ao presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, contra 44% a Edmundo González, declarando-o vencedor do pleito.

O presidente do México, López Obrador, diz que não é possível desqualificar o resultado, mas que é preciso esperar o cálculo das atas. Ele critica a posição da Organização dos Estados Americanos (OEA), que questionou o resultado eleitoral da Venezuela.

"Com que fundamento a OEA sustenta que ganhou o outro candidato? Onde estão as provas? As duas partes que contem todos os votos, que revisem todas as atas. [A OEA] não é um organismo nem democrático, nem autônomo, nem representa os países da América. Está aí como um apêndice de uma fração [de países]. Essa organização deve reformar-se. Não serve para nada. Só para agravar os problemas", afirmou em coletiva de imprensa na Cidade do México.

O presidente colombiano, Gustavo Petro, em uma rede social, pediu transparência para as atas eleitorais e citou o risco de uma desestabilização do país vizinho.

Centro Carter declara não ser possível verificar resultados das eleições na Venezuela

O Centro Carter declarou na terça-feira, dia 30, que não pode verificar os resultados das eleições na Venezuela, nas quais o presidente Nicolás Maduro foi declarado vencedor pela autoridade eleitoral. O centro apontou para uma "ausência de transparência" no processo de divulgação dos resultados. A eleição "não obedeceu aos parâmetros e padrões internacionais de integridade eleitoral e não pode ser considerada democrática", afirmou a organização sediada em Atlanta (EUA).

Segundo o comunicado, a organização não pode "verificar ou corroborar a autenticidade dos resultados das eleições presidenciais declarados pelo CNE". A falta de divulgação dos resultados desagregados por assembleia de voto foi classificada como uma grave violação dos princípios eleitorais. O Centro Carter destacou que enviou 17 especialistas e observadores à Venezuela a partir de 29 de junho, com equipes baseadas em Caracas, Valência, Maracaibo e Barinas. A declaração também enfatizou que os padrões internacionais não foram cumpridos em nenhuma fase do processo eleitoral, violando diversos preceitos da legislação nacional. Além disso, as eleições ocorreram em um ambiente de "liberdades restringidas em detrimento dos atores políticos, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação social".

Maduro acusa Musk por ataque ao Conselho Nacional Eleitoral

O presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, disse que o país vai criar uma comissão especial com ajuda de assessorias russa e chinesa para avaliar o sistema de cibersegurança do país. As autoridades venezuelanas afirmam que um ataque hacker desestabilizou o sistema de comunicação do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) no dia da eleição, atrasando o trabalho do órgão.

Ainda segundo o mandatário venezuelano, por trás desse ataque estaria o multibilionário Elon Musk, dono da plataforma X, antigo Twitter, e de diversas indústrias, desde carros elétricos até satélites. "Foi proposta e decidida a criação de uma comissão especial para avaliar, com assessoria russa e chinesa, o sistema de segurança do país que está a ser atacado, e especialmente o ataque que causou graves danos ao sistema de comunicação da CNE. O Poder Eleitoral informará o país, mas já foi solicitado a assessoria, pois tenho certeza de que os ataques foram dirigidos pelo poder de Elon Musk", disse Maduro.

Nos últimos dias, Elon Musk tem atacado Maduro e as eleições venezuelanas nas redes sociais.

Governo Lula condena ataque de Israel e assassinato do chefe do Hamas no Irã

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou, ontem, 31, os ataques que Israel conduziu em Beirute, a capital do Líbano, contra alvos do Hezbollah e a morte do chefe do Hamas, Ismail Haniyeh, no Irã. O Brasil disse acompanhar com extrema preocupação a escalada e fez um apelo à comunidade internacional para conter o agravamento do conflito. "O governo brasileiro condena veementemente o assassinato do chefe do Escritório Político do Hamas, Ismail Haniyeh", afirma o Itamaraty em nota. O texto segue dizendo que o Brasil repudia "flagrante desrespeito" à integridade territorial do Irã e que atos de violência, sob qualquer motivação, não contribuem para paz no Oriente Médio. "O Brasil reitera o apelo a todos os atores para que exerçam máxima contenção, de modo a impedir que a região entre em conflito de grandes proporções e consequências imprevisíveis, às custas de vidas civis e inocentes", segue o comunicado, apelando à comunidade internacional para promoção do diálogo. Em comunicado separado, o governo afirma que acompanha com "extrema preocupação" a escalada das hostilidades entre Israel e o Hezbollah. "A continuidade do ciclo de ataques e retaliações leva a espiral de violência e agressões com danos cada vez maiores, sobretudo às populações civis dos dois países." A gestão Lula pediu que as autoridades israelenses e o Hezbollah se abstenham de ações que possam expandir o conflito, que pode trazer "consequências imprevisíveis para a estabilidade do Oriente Médio e a segurança internacional". Novamente, apela à comunidade internacional para conter o agravamento do conflito pela via diplomática.

(Foto: EBC)

Entenda a crise - Um dos líderes mais importantes do Hamas, Ismail Haniyeh, foi morto nesta quarta-feira, 31, quando estava em Teerã com outros membros importantes do chamado "eixo de resistência" do Irã - que inclui o Hamas em Gaza, o Hezbollah no Líbano e os Houthis no Iêmen - para participar da posse do recém-eleito presidente iraniano.

Venezuela: Petro, da Colômbia, pede a Maduro que divulge dados eleitorais

A pressão continua aumentando contra o presidente venezuelano Nicolás Maduro. Ontem, 31, seu aliado próximo, o presidente colombiano Gustavo Petro, se juntou a outros líderes estrangeiros para instá-lo a divulgar contagens detalhadas de votos da recente eleição presidencial depois que as autoridades eleitorais o declararam vencedor. Os comentários de Petro ocorrem enquanto o Conselho Eleitoral Nacional, que é leal ao Partido Socialista Unido da Venezuela, ainda não divulgou nenhum resultado impresso dos centros de votação, como fez em eleições anteriores. Um dia antes, outro aliado de Maduro, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, junto com o presidente dos EUA Joe Biden, pediram a "divulgação imediata de dados de votação completos, transparentes e detalhados no nível das seções eleitorais". As repreensões seguem o anúncio da última segunda-feira, 29, do principal desafiante de Maduro, Edmundo González, e da líder da oposição Maria Corina Machado, de que eles garantiram mais de dois terços das folhas de contagem que cada máquina de votação eletrônica imprimiu após o fechamento das urnas no domingo. Eles disseram que a divulgação dos dados dessas contagens provaria que Maduro perdeu a eleição. "As sérias dúvidas que surgiram em torno do processo eleitoral venezuelano podem levar seu povo a uma polarização violenta profunda com sérias consequências de divisão permanente", disse Petro na quarta-feira em uma postagem no X, antigo Twitter. "Convido o governo venezuelano a permitir que as eleições terminem em paz, permitindo uma contagem transparente de votos, com a contagem de votos e com a supervisão de todas as forças políticas de seu país e supervisão internacional profissional", acrescentou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Genial/Quaest: quem são os candidatos mais rejeitados na disputa pela Prefeitura de SP

Os candidatos à Prefeitura de São Paulo Ricardo Nunes (MDB), José Luiz Datena (PSDB) e Guilherme Boulos (PSOL) aparecem empatados tecnicamente na nova pesquisa de intenção de voto Genial/Quaest, divulgada terça-feira, 30. Por outro lado, há um pódio bem estabelecido entre os três candidatos quando a pergunta é relacionada à rejeição.

O levantamento mostrou se o eleitor conhece os candidatos e, em caso positivo, se votaria ou não neles. Datena pontuou como o mais conhecido e também foi o campeão em rejeição - 48% dizem que conhecem e não votariam no apresentador de TV. Outros 42% conhecem e votariam no candidato tucano. Apenas 10% afirmam não conhecê-lo.

O segundo mais rejeitado é Boulos, com 40% dos eleitores que o conhecem afirmando que não votariam nele. O deputado ocupa a terceira posição entre os mais populares, sendo desconhecido por 24% dos entrevistados. O atual prefeito é o segundo mais conhecido, com apenas 23% dos eleitores afirmando que não o conhecem. Nunes ocupa a terceira posição entre os mais rejeitados, com 36% de eleitores que o conhecem e, mesmo assim, não votariam nele.

A Quaest fez entrevistas presenciais com 1.002 paulistanos entre os dias 25 e 28 de julho. O índice de confiabilidade é de 95% e o levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-06142/2024. O ranking dos mais desconhecidos pelo eleitorado tem no primeiro lugar o deputado federal Kim Kataguiri (União), com 69%. Em seguida, aparece a candidata do Novo, Marina Helena, desconhecida por 66% dos entrevistados, e a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com 53%. Menos conhecidos, também são os que sofrem menos rejeição: Marina e Kataguiri tem 22% dos eleitores que os conhecem e não votariam neles, enquanto Tabata tem 27% de rejeição.

Datena é excelente apresentador, mas me preparei para vida pública, diz Nunes

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), comentou nesta manhã a nova rodada da pesquisa Genial/Quaest sobre a corrida pela Prefeitura de São Paulo. No levantamento, Nunes, o apresentador José Luiz Datena (PSDB) e Guilherme Boulos (PSB) aparecem tecnicamente empatados. Boulos não é surpresa no pódio, então Nunes comentou sobre o novo tucano.

"Eu jamais conseguiria ser um apresentador. E, pelo contrário, eu trabalhei muito no setor público, como vereador, com entidades, e me preparei para ser prefeito", disse. "É um grande apresentador, ninguém faz 30 anos como apresentador sem estudar muito e se dedicar bastante", pontuou o prefeito. "Mas o debate que a gente vai querer ter com Datena, e com todos os outros, é sobre a cidade", completou.

Datena oficializou sua candidatura ao pleito neste sábado, 27, sob o protesto de tucanos que preferiam estar ao lado de Nunes nesta eleição.

União Brasil e Bolsonaro - O atual prefeito segue como pré-candidato, e vai oficializar seu nome na disputa no sábado, dia 3. Segundo o prefeito, está consolidado que serão 12 partidos ao seu lado durante a corrida. O União Brasil, sigla que balançou o apoio após a escolha de Nunes para vice, o indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Ricardo Mello de Araújo (PL), estará ao seu lado, garantiu. "Está confirmando o apoio do União Brasil à nossa frente ampla", disse o prefeito, que afirmou ter conversado com Antonio Rueda e Milton Leite, líderes nacional e municipal da sigla, na noite de ontem. Sobre a rejeição que o apoio de Bolsonaro traz, Nunes minimizou. "É de fundamental importância o apoio do presidente Bolsonaro, mas quem vai governar São Paulo é quem for escolhido nas urnas", disse. "O Tarcísio era apoiado por Bolsonaro e ganhou a eleição", concluiu, referindo-se ao governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Pente-fino do CNJ no TJ-BA pega 'muitos achados' que podem ligar juízes a 'ineficiência'

A Corregedoria Nacional de Justiça começou a analisar informações que colheu durante a correição extraordinária realizada, durante o recesso, no Tribunal de Justiça da Bahia. O pente-fino foi determinado pelo ministro-corregedor Luís Felipe Salomão na esteira de achados de uma inspeção ordinária na Corte baiana, desencadeada em abril.

A primeira blitz motivou investigações disciplinares e apontou "ineficiência grave" no Tribunal que atravessa uma crise sem precedentes após o furacão Faroeste, Operação da Polícia Federal que mira esquema de venda de sentenças supostamente montado por desembargadores, juízes de primeiro grau, advogados e empresários.

A nova correição no TJ, por ordem do ministro Salomão, foi executada há duas semanas. A equipe do corregedor inspecionou 13 unidades administrativas e judiciais da Corte baiana, inclusive os gabinetes da Presidência, da Corregedoria-Geral de Justiça e da Segurança Institucional, além da Secretaria de Planejamento e Orçamento e varas empresariais, de Família, da Fazenda Pública e de delitos praticados por organização criminosa.

Ao determinar a blitz no tribunal, Luís Felipe Salomão destacou a "gravidade" de documentos e indícios encontrados durante a inspeção ordinária de abril. Essa averiguação no Tribunal de Justiça da Bahia avançou sobre aquelas primeiras descobertas. Foram tomados os depoimentos de, ao menos, 39 servidores sobre questionamentos da Corregedoria.

A Corregedoria-Geral de Justiça já instaurou três procedimentos disciplinares.

Um deles versa sobre "indícios de descontrole e ineficiência no gerenciamento dos processos" da 5ª Vara de Fazenda Pública de Salvador, com "grande atraso na atuação jurisdicional do magistrado, além de indevida limitação aos atendimentos requeridos por advogados". A inspeção de abril também constatou que a Corte não cumpriu determinação do CNJ, de 2022, para liberar no Setor de Precatórios o pagamento de acordos "no menor tempo possível".

A Corregedoria ainda decidiu mergulhar em informações sobre os "gravíssimos achados" na Vara de feitos relativos a delitos praticados por organização criminosa e lavagem de dinheiro de Salvador.

O CNJ constatou, em abril, "clima organizacional desfavorável, com relatos contundentes de servidores que temem sofrer represália do magistrado titular", além de atrasos regulares do juiz para início de audiências por videoconferência.

Tarcísio diz apoiar PEC de Lewandowski sobre segurança, mas quer maior participação dos Estados

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse, terça-feira, ser favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta a influência do governo federal na segurança pública. Mas, pontuou, os governadores querem participar do debate e a proposta deve "preservar a autonomia dos entes federados".

Segundo o dirigente, seus pares ainda não conhecem o texto, de autoria do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e por isso o ministro foi convidado para participar da próxima reunião do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), que ocorrerá de 8 a 10 de agosto no Espírito Santo.

"É fundamental que a gente conheça o texto", disse Tarcísio durante entrega das obras de canalização e construção de um piscinão do Córrego Antonico, na Zona Sul da cidade. "A gente tem que entender os contornos dessa PEC, as questões de competência, e de que maneira os Estados podem contribuir sem, obviamente, perder autonomia", afirmou. Favorável ao debate do tema, Tarcísio afirmou: "Toda iniciativa que tenha como objetivo combater o crime, principalmente a escalada do crime organizado, ela é bem-vinda, vai contar com o nosso apoio". A proposta dá à União a competência de coordenar o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Na prática, o governo federal passa a ter a prerrogativa de estabelecer diretrizes de uma política nacional de segurança única a ser seguida por todos os Estados - hoje com relativa autonomia aos governadores.

(Foto: EBC)

Ainda na área da Segurança Pública, Tarcísio afirmou que o Executivo estadual segue treinando os efetivos da capital e do interior, em busca de uma abordagem mais humana e profissional. "Existe uma preocupação muito grande nossa em uniformizar a abordagem, em treinar regras de engajamento, de conduta, para que a gente tenha a melhor abordagem possível, mais humanizada, respeitando a questão dos direitos humanos, e que a gente tenha uma polícia mais profissional", disse.

Sobre o uso de força das polícias, Tarcísio disse não ser "nunca" o objetivo do grupo tirar uma vida. "A polícia não está lá para usar violência em excesso", afirmou. Segundo ele, as forças de segurança devem responder proporcionalmente às violências que sofrerem.

Pasta da Justiça lança estudo que recomenda adoção de câmeras corporais por polícias do País

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, terça-feira, 30, um documento com recomendações sobre o uso de câmeras corporais durante ações policiais. O relatório faz uma análise do que já existe em termos de diretrizes e protocolos sobre o uso dos das bodycams, como são conhecidos internacionalmente os equipamentos, e fornecer subsídios para orientar a prática policial e a formulação de políticas públicas sobre o tema.

O documento lista cinco recomendações sobre o uso dos equipamentos no Brasil. A primeira é a adoção das câmeras pelas polícias do País, "por terem efeitos comprovados sobre a redução de uso de força e letalidade na ação policial". Intitulado de "Câmeras Corporais: Uma Revisão Documental e Bibliográfica", o estudo menciona que os dispositivos portáteis são utilizados em mais de 30 países e sistematiza 152 protocolos americanos e brasileiros para analisar a normativa internacional sobre o uso dos equipamentos.

O documento de 128 páginas analisa dois casos brasileiros em que as câmeras são usadas pelos agentes de segurança pública: o de São Paulo, que adota o equipamento nos policiais militares desde 2020, e o de Santa Catarina, implementado em 2019 na Polícia Militar.

Recomendações - Por terem efeitos comprovados sobre a redução de uso de força e letalidade na ação policial, câmeras corporais policiais devem ser adotadas pelas polícias do País;

- Estudar, monitorar, observar e, se for o caso, mitigar possíveis consequências sobre condução de delitos de menor potencial ofensivo;
- Estabelecer protocolos claros, com mandato de utilização e limitando a discricionariedade sobre acionamento das câmeras. Fortalecer regimes de treinamento e supervisão para garantir a conformidade com manuais e protocolos de operação;
- Estudar e compreender como as câmeras corporais podem ser usadas na proteção de vítimas de violência doméstica e contra a mulher; e
- Produzir novos estudos para compreender o efeito das câmeras em contextos ainda não pesquisados, como polícias rodoviárias, investigativas, penitenciárias ou judiciário.

Palmas poderá ter segundo turno nas eleições municipais pela 1ª vez

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou,terça-feira, 30, a lista das cidades que poderão ter segundo turno nas eleições municipais deste ano que ocorrerão nos dias 6 e 27 de outubro. A lista traz 103 municípios espalhados em todo o Brasil. Pela primeira vez, Palmas (TO) integra o grupo. Antes, a capital do Tocantins não podia ter segundo turno nas eleições por não atingir a quantidade mínima de eleitores registrados. Todas as outras capitais do País já eram contempladas com a possibilidade. De acordo com o estatuto eleitoral, apenas cidades que ultrapassaram a marca de 200 mil eleitores podem estender o pleito para mais um dia. Para esses casos, a Constituição determina que o segundo turno ocorra apenas quando nenhum candidato atinge a maioria absoluta dos votos, ou seja, a metade dos votos válidos mais um, desconsiderando os brancos e os nulos. Comparado às últimas duas eleições municipais, a quantidade do eleitorado brasileiro tem avançado. Em 2016, 92 cidades tinham mais de 200 mil pessoas registradas para votar; em 2020, o número subiu para 95. Neste ano, oito municípios passaram a integrar a lista, sendo eles: Camaçari (BA), Embu das Artes (SP), Foz do Iguaçu (PR), Imperatriz (MA), Magé (RJ), Parauapebas (PA), São José dos Pinhais (PR) e Sumaré (SP). Governador Valadares (MG) passou de 213 mil eleitores em 2020 para 198 mil neste ano e, por isso, não faz parte da listagem. De acordo com o TSE, esses 103 municípios, possuem juntos 60,5 milhões de eleitores, o que equivale a 38,8% do eleitorado nacional.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Aneel suspende a cobrança de R$ 23 milhões em encargos para a RGE do RS

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) suspendeu, por ora, a cobrança de encargos no valor de R$ 23,6 milhões para a RGE Sul Distribuidora de Energia (RGE), com a justificativa de impacto da crise climática no Estado.

As cobranças são especialmente sobre a Parcela de Ineficiência por Ultrapassagem (PIU) e o Adicional de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (ADCEUST) referentes aos meses de maio e junho de 2024.

Aplicadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), as cobranças já valeriam no dia 1º de agosto, próxima quinta-feira.

A Aneel entendeu que a distribuidora teve atividade prejudicada pelos eventos climáticos, alheios ao controle da empresa.

É citado no detalhamento do voto que o adicional de encargo de uso do sistema de transmissão, por exemplo, decorre dos esforços da distribuidora para "o restabelecimento e/ou manutenção de fornecimento de energia" após os eventos climáticos severos verificados no Estado do Rio Grande do Sul. A suspensão vale até "ulterior deliberação" da diretoria. "Sob essa perspectiva, entendo que permitir a retirada do caixa da distribuidora de montante da ordem de R$ 23 milhões, relacionado a evento que pode vir a ser considerado como excludente de responsabilidade no futuro, seria sinalização contrária a todo esforço realizado pela agência no objetivo de municiar o segmento de distribuição do Estado", cita o processo.

(Foto: EBC)

Promessa de Elon Musk de que implantes cerebrais podem restaurar visão é 'falha', diz estudo

(Foto: EBC)

Um novo estudo, publicado no periódico científico Scientific Reports, revelou que as alegações do bilionário Elon Musk acerca do projeto Blindsight podem estar equivocadas. O Blindsight se dedica à criação de um implante cujo objetivo final é a restauração da visão.

De acordo com uma publicação feita por Musk em março no X, antigo Twitter, o dispositivo da Blindsight já estaria funcionando em macacos. Para o sul-africano, a resolução da visão influenciada pelo implante começará baixa, mas pode chegar a superar a visão humana normal.

No entanto, o trabalho científico contraria esse ponto de vista.

A pesquisa lançou mão de um modelo de computador para simular a implantação em humanos. Como resultado, foi descoberto que a visão de um paciente com 45 mil eletrodos implantados em seu córtex visual seria embaçada e pouco reconhecível.

Segundo Iona Fine, professora de psicologia na Universidade de Washington, de onde veio o estudo, as alegações e promessas de Elon Musk podem ser arriscadas. Fine é coautora da pesquisa publicada no Scientific Reports, que mostra que o impacto produzido por implantes como o de Musk provavelmente será limitado pela biologia do corpo humano.

Iona Fine afirma que a premissa da tecnologia de Musk - que se baseia na ideia de que a implantação de inúmeros eletrodos no córtex visual humano, responsável pelo processamento da informação que chega ao olho, pode criar visão de alta resolução - é falha. Em uma declaração, a cientista disse que engenheiros costumam pensar em eletrodos como produtores de pixels, "mas não é assim que a biologia funciona".

Segundo Fine, não estamos nem perto de entender como estimular a visão em pessoas cegas, o que limitaria muito o poder dos implantes. "A cegueira não torna as pessoas vulneráveis, mas ficar cego tardiamente pode tornar algumas pessoas vulneráveis", acrescentou.

É preciso pontuar que uma visão com pouca resolução pode representar uma evolução notável para algumas pessoas. No entanto, é preciso moderar as expectativas, sugere a pesquisa.

"Portanto, quando Elon Musk diz coisas como 'Isso vai ser melhor que a visão humana', isso é algo perigoso de se dizer", reitera Fine.

Jogo do Tigrinho: governo federal define regras para apostas online

A Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), vinculada ao Ministério da Fazenda, publicou ontem, 30, uma portaria que estabelece regras para jogos de azar online, o que na prática autoriza o funcionamento de jogos como o do Tigrinho. No mês passado, reportagem do Estadão mostrou como esse tipo de aposta tem viciado famílias inteiras e facilitado a aplicação de golpes.

Publicada no Diário Oficial da União, a portaria nº 1.207 enquadra o Tigrinho na categoria de jogo online. Segundo o texto, ele é definido como aquele no qual "o resultado é determinado pelo desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos".

Segundo as regras publicadas, no momento da aposta os jogadores devem ser informados sobre o fator de multiplicação para cada real apostado e o montante a ser recebido em caso de acerto. "As tabelas de pagamento, abrangendo todas as possibilidades de ganho do apostador, devem ser disponibilizadas ao apostador antes da realização das apostas no respectivo jogo online", informa a portaria. Nem todas as plataformas, contudo, poderão oferecer esse tipo de jogo. Antes, elas precisarão ser certificadas por uma entidade reconhecida pela Secretaria. Além disso, é vedado oferecer os jogos online em estabelecimentos físicos.

Segundo o Ministério da Fazenda, as normas publicadas nesta quarta-feira visam "proteger os apostadores por meio de regras que garantam a honestidade e a transparência aos jogos". A pasta afirma que as regras se baseiam "em diretrizes internacionais relacionadas aos temas de segurança e confiabilidade da operação" e são usadas nos principais mercados desses jogos.

O texto também define o que não é jogo online e, portanto, não podem ser oferecidos no Brasil. Eles incluem games de habilidade, os "fantasy sports" (esportes de fantasia), os jogos multiapostador (em que as ações ou resultados possam ser influenciados pelo resultado ou ação de outro apostador), e jogos entre apostadores em que o agente operador de apostas não se envolve diretamente, fornecendo apenas o ambiente para uso.

(Foto: EBC)

Secretaria de Apostas da Fazenda publica portaria com requisitos técnicos para jogos online

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda publicou portaria que estabelece os requisitos técnicos dos jogos online e dos estúdios de jogos ao vivo a serem observados por agentes operadores de loteria de apostas de quota fixa.

A regulamentação determina que os jogos online a serem disponibilizados aos apostadores devem apresentar, no momento da aposta, fator de multiplicação para cada unidade de moeda nacional apostada, que defina o montante a ser recebido pelo apostador em caso de premiação.

"Cada jogo deve, teoricamente, pagar ao apostador um retorno (RTP) de 85% durante a sua vida útil esperada. Prêmios acumulados, progressivos e incrementais, e prêmios de incentivo não devem ser incluídos na porcentagem de pagamento se forem externos ao jogo, a menos que sejam necessários para a operação", diz a portaria, publicada nesta quarta-feira, 31, no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com o texto, os resultados dos jogos online devem ser determinados por "desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos definido no seu sistema de regras". "As tabelas de pagamento, abrangendo todas as possibilidades de ganho do apostador, devem ser disponibilizadas ao apostador antes da realização das apostas no respectivo jogo online", completa a portaria.

A regulamentação também deixa claro que os jogos de habilidade, os fantasy sports, os jogos multiapostador, e os jogos entre apostadores P2P não se enquadram na modalidade de evento virtual de jogo online de aposta de quota fixa.

Líder do governo diverge do PT e diz que eleição venezuelana foi 'sem idoneidade'

O senador Randolfe Rodrigues (AP), recém-filiado ao PT e líder do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), divergiu, terça-feira, 30, do posicionamento oficial do próprio partido e declarou que a eleição presidencial na Venezuela foi "sem idoneidade".

"Uma eleição em que os resultados não são passíveis de certificação e onde observadores internacionais foram vetados é uma eleição sem idoneidade", disse o senador à CNN Brasil.

Em nota publicada nesta segunda-feira, 29, a Executiva Nacional petista tratou Nicolás Maduro como "presidente reeleito", sem contestar a lisura do processo eleitoral no país vizinho. No texto, o PT, de forma institucional, saudou os eleitores venezuelanos e chamou o pleito na Venezuela de "jornada pacífica, democrática e soberana".

Para o senador, o regime vigente na Venezuela é "autoritário" e "tanto Maduro quanto a oposição carecem de legitimidade".

Randolfe é líder do governo Lula no Senado desde janeiro de 2023 e se filiou ao PT em 18 de julho, após passar mais de um ano sem estar filiado a nenhum partido político.

O senador se desligou da Rede Sustentabilidade em maio de 2023, por divergências com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que também é dirigente da Rede.

Ao divergir do posicionamento oficial do PT, Randolfe também vai na contramão de colegas de partido, como a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional da sigla, que replicou a nota oficial da legenda em seu perfil do X (antigo Twitter).

Além dela, o deputado federal Rogério Correia (PT-MG), pré-candidato a prefeito de Belo Horizonte, reafirmou a lisura da eleição venezuelana e criticou o candidato de oposição que estava na disputa, Edmundo González Urrutia.

Marinho: Estamos com salários muito achatados no Brasil; elevá-los vai gerar solução

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou, terça, 30, que os salários no País estão muito "achatados". Segundo ele, o mercado de trabalho aquecido abre a possibilidade de aumentar as remunerações dos trabalhadores. "Estamos com salários muito achatados no Brasil. Veja o nível do que estamos falando de salários iniciais, é muito baixo. Mercado de trabalho aquecido pressupõe melhores remunerações também", disse o ministro após divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de junho. Na avaliação de Marinho, o aumento nos salários vai gerar a solução para a economia do País. "Quanto maior a renda do trabalhador, maior massa salarial. Significa melhorar o nível de consumo das famílias para bens duráveis e portanto para indústria produzir mais e indústria crescer mais", afirmou.

Marinho disse ainda que, apesar de os dados mostrarem uma taxa baixa de desemprego, isso não significa que o País atingiu o "pleno emprego". "Não estamos no pleno emprego ainda", avaliou.

Reforma tributária: meta é aprovar regulamentação neste ano

O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem (31) que uma das prioridades do governo federal é encerrar o ano de 2024 com a regulamentação da reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional. "Até o final do ano, nós queremos concluir a votação dessa regulamentação", disse.

Em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Padilha lembrou que a regulamentação, dentre outras questões, prevê a simplificação de impostos e, consequentemente, a geração de mais empregos. "Estamos transformando cinco impostos em um só, facilitando a vida do empresário".

"Essa é a prioridade absoluta. Tem que votar ainda no Senado. Provavelmente, volta pra Câmara também, porque um dos projetos ainda está na Câmara. Vamos acompanhar isso. Nossa prioridade é terminar o ano com essa regulamentação aprovada. E confio muito que o Congresso Nacional, os presidentes das duas Casas, tanto o presidente Arthur Lira quanto o presidente Rodrigo Pacheco, os líderes, querem concluir a votação neste ano."

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

OLIMPÍADAS 2020 PARIS

QUADRO DE MEDALHAS (Até às 18h de 30/07)

	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1º. Japão	7	2	4	13
2º. China	6	6	2	14
3º. Austrália	6	4	1	11
4º. França	5	9	4	18
5º. Coreia do Sul	5	3	3	11
6º. Estados Unidos	4	11	11	26
7º. Grã-Bretanha	4	5	3	12
8º. Itália	3	4	4	11
9º. Canadá	2	2	2	6
10º. Hong Kong	2	0	1	3
22º. Brasil	**0**	**1**	**3**	**4**

FONTE COI ® INFOGRAFFO

Surfe masculino é adiado novamente na Olimpíada; veja quando o Brasil pode ganhar medalha

Não foi ontem que Gabriel Medina e João "Chumbinho" Chianca vão atrás de medalhas para o surfe brasileiro na Olimpíada de Paris-2024. O Comitê Olímpico Internacional (COI) adiou mais uma vez o início das quartas de final no masculino devido ao mau tempo no Taiti.

Inicialmente, as baterias das quartas de final estavam previstas para iniciar às 14 horas (horário de Brasília) da última terça-feira, mas foram adiadas depois da praia de Teahupo'o ser fechada para a prática do surfe.

A expectativa é que as disputas das quartas de final, semifinal e final do surfe masculino sejam marcadas para quinta-feira, dia 1º de agosto, embora a previsão do tempo em Teahupo'o indique uma melhora considerável na formação das ondas a partir de sexta.

Depois da eliminação de Filipe Toledo nas oitavas de final, Gabriel Medina e Chumbinho são os brasileiros vivos na disputa por medalhas olímpicas. Os dois se enfrentam por uma vaga nas semifinais.

Se o masculino foi novamente adiado, o feminino está mantido para essa quarta-feira. As baterias das oitavas de final estão programadas para acontecerem a partir das 19h (horário de Brasília), 12h no horário local.

Tatiana Weston-Webb vai enfrentar Caitlin Summers, dos Estados Unidos, por uma vaga nas quartas, enquanto Tainá Hinckel e Luana Silva duelam entre si para decidir quem avança à próxima fase.

Bala Loka melhora pontuação na final e fica em 6ª lugar no BMX freestyle

Gustavo Batista de Oliveira, o Bala Loka, mostrou ontem na França o resultado de uma infância andando de bicicleta em Carapicuíba, na região metropolitana de São Paulo, e ficou na sexta posição no BMX freestyle nos Jogos Olímpicos de Paris-2024. O campeão foi o argentino Jose Torres Gil, com 94,82. O britânico Kieran Darren David Reilly ficou com a prata, com 93,91, e o francês Anthony Jeanjean (93,76) fechou o pódio. A pontuação do brasileiro foi 90,20.

O brasileiro de 21 anos foi o segundo a se apresentar na final por ter se classificado na oitava posição na terça-feira, entre os 9 finalistas, com 85,79. Na primeira de duas voltas de um minuto, Bala Loka conseguiu uma pontuação bem melhor do que a da semifinal: 90,20.

Sua liderança na disputa, porém, durou pouco tempo. Na sequência, o argentino Gil (94,82) e o japonês Rimu Nakamura (90,35) conseguiram superar o brasileiro. Atual campeão olímpico, o australiano Logan Martin vinha com bom desempenho na sua primeira apresentação, mas sofreu uma queda no final e marcou 64,40. Bala Loka terminou a primeira rodada na quarta posição, atrás também do britânico Kieran Darren David Reilly, que conseguiu 93,70.

Por que os surfistas usam capacete para competir no Taiti na Olimpíada?

Um objeto tem chamado atenção do público que assiste às baterias de surfe da Olimpíada de Paris-2024. Entre as diversas manobras radicais no vasto oceano, é possível notar que alguns surfistas estão usando capacetes em suas cabeças.

A prática, que não é comum na modalidade, vem gerando estranhamento e dúvidas nas redes sociais. Afinal, por que os surfistas estão usando capacete? O motivo pode ser explicado pelo local em que as provas estão sendo disputadas.

Ao contrário das outras modalidades dos Jogos Olímpicos, o surfe não está sendo disputado em Paris, mas nas praias de Teahupo'o, no Taiti, maior ilha da Polinésia Francesa.

As águas do local são conhecidas pelos corais abundantes e pelo mar de pequena profundidade. As ondas costumam quebrar em corais rasos e afiados, o que torna o ambiente bem perigoso. Em especial, quando alguém arrisca um tubo, manobra em que o atleta entra no vácuo da onda, sendo encoberto pela crista.

Acontece que as praias que banham Teahupo'o são conhecidas por serem o ambiente perfeito para o tubo. Com isso, alguns esportistas optam pelo uso do capacete para a própria segurança. As brasileiras Tainá Hinckel e Luana Silva usaram a peça de proteção na competição e Filipe Toledo, o Filipinho, também se utilizou do acessório.

Ponte Preta anuncia contratação de volante e meia que estavam na Portuguesa

A Ponte Preta anunciou ontem mais dois reforços para a Série B do Campeonato Brasileiro. São eles: o volante Hudson e o meia Guilherme Portuga. Ambos estavam na Portuguesa na disputa da Copa Paulista.

Formado nas categorias de base de Barcelona-SP e Juventus, Guilherme Portuga já atuou por São Caetano, São Bernardo, Oeste e Grêmio Maringá. Seu último clube foi a Portuguesa, onde atuou em seis jogos, e marcou quatro gols. "A proposta surgiu através de jogos-treino. Eu não pensei duas vezes, só aceitei. Sei bem da grandeza da Ponte Preta e farei o possível para ajudar a equipe. A torcida pode esperar muita dedicação e vamos juntos em busca do objetivo", disse.

Já o volante Hudson foi emprestado para o Patrocinense no começo do ano, e disputou sete jogos. Pelo time da capital, entrou em campo seis vezes e não marcou nenhum gol.

Miguel Hidalgo fica em 10º no triatlo, melhor resultado do Brasil na modalidade em Olimpíadas

(Foto: Divulgação)

Miguel Hidalgo conseguiu o melhor resultado do triatlo brasileiro na história olímpica ao terminar em 10º lugar nos Jogos de Paris-2024 ontem. A prova do triatlo na França aconteceu após ter sido adiada por causa da qualidade da água do rio Sena.

Apesar do resultado histórico, superando o 11º posto de Sandra Soldan nos Jogos de Sydney-2000, na estreia do triatlo no programa olímpico, o atleta de 23 anos se disse decepcionado com o desempenho. "Sou um cara que corro para ganhar. No final eu sabia que estava lutando pelo top 10, mas sei lá. Estou decepcionado", afirmou Hidalgo à TV Globo.

O britânico Alex Yee ficou com o ouro com 1h43min33s. A prata foi do australiano Hayden Wilde, que liderou boa parte da corrida, mas foi superado no final e chegou seis segundo atrás do campeão. O bronze ficou com o francês Leo Bergere, com 1h43min43s.

Hidalgo, que completou a prova em 1h44min27s, teve um resultado adverso na natação, quando terminou em 23º. Na transição, ele sofreu ainda mais e acabou saindo para o ciclismo em 27º. Entretanto, Hidalgo conseguiu uma bela escalada até a quinta posição durante os 40 km de pedal.

O atleta perdeu posições na transição, mas novamente conseguiu a recuperação. Ele chegou à quinta colocação, a apenas três segundos do terceiro lugar, mas cedeu posições na volta final da corrida até segurar o 10º lugar. Outro brasileiro na disputa, Manoel Messias terminou em 45º.

"Fiz tudo o que pude na preparação. Foi o suficiente para ser 10º, tirei tudo do meu corpo hoje", afirmou ele. "Vou ganhar um dia, mas vai ter que ser daqui quatro anos." Mais cedo, Djenyfer Arnold e Vittoria Lopes representaram Brasil na prova feminina. Djenyfer terminou na 20ª posição, enquanto Vittoria Lopes fechou em 25º. Vittoria teve seu desempenho prejudicado por uma queda durante a etapa do ciclismo.

A campeã olímpica foi a francesa Cassandre Beaugrand, com 1h54min55s. A medalha de prata ficou com a suíça Julie Derron, e o bronze, com Beth Potter, da Grã-Bretanha.

O Brasil teria mais uma representante, Luisa Baptista. A atleta, porém, ficou fora após ser atingida por uma motocicleta enquanto treinava, em São Carlos (SP), no final do ano passado. Luisa chegou a ficar internada por meses na UTI, até ter recebido alta em abril deste ano. Ela acompanhou os colegas na última terça-feira, em Paris.

Os triatletas brasileiros voltam a competir no revezamento misto, marcado para segunda-feira.

Djokovic vence alemão, avança às quartas e encara Tsitsipas em Paris-2024

(Foto: Divulgação)

Após despachar Rafael Nadal, o sérvio Novak Djokovic fez mais uma vítima em Paris-2024 ontem. O tenista número dois do mundo superou o alemão Dominik Koepfer por 2 sets a 0, com parciais de 7/5 e 6/3, e avançou às quartas de final da chave de simples dos Jogos Olímpicos. Na sequência, ele enfrentará o grego Stefanos Tsitsipas.

Mesmo ainda longe de empolgar no complexo de Roland Garros, Djokovic venceu com certa facilidade o atual 70º do mundo. Porém, enfrentou dificuldades ao longo do primeiro set, decidido somente nos games finais. Depois de passar trabalho para fechar a parcial inicial, o sérvio embalou na partida e começou a segunda parcial com tudo.

O favorito faturou uma quebra de saque logo no início e abriu 3/0, praticamente encaminhando o triunfo. Ele sustentou a vantagem e eliminou o alemão na ensolarada quadra central.

Com o triunfo, o vice-líder do ranking se tornou o tenista mais velho a alcançar a fase de quartas de final em Jogos Olímpicos, com 37 anos e 74 dias, superando a alemã Angelique Kerber.

Foi a terceira vitória de Djokovic, que vinha de um triunfo sobre Nadal, seu maior rival no circuito, numa partida de dois sets. O clássico do tênis mundial foi disputado logo na segunda rodada porque o espanhol tem ranking baixo por estar jogando poucas competições no circuito da ATP.

Nas quartas de final, Djokovic vai enfrentar Tsitsipas, 11º do mundo, que avançou ao superar o argentino Sebastian Baez por 7/5 e 6/1. Os dois tenistas já decidiram Roland Garros em 2021, quando o sérvio buscou virada incrível após estar perdendo por 2 sets a 0. No retrospecto geral, Djokovic soma 11 vitórias, contra apenas duas do grego. Em Paris-2024, o tenista da Sérvia busca sua sonhada medalha de ouro. Recordista de títulos de Grand Slam, ele tem como melhor resultado em Jogos Olímpicos a medalha de bronze obtida em Pequim-2008, há 16 anos.

Técnico Allan Aal mostra confiança em livrar o Guarani da degola e pede quatro reforços

(Foto: Divulgação)

O Guarani apresentou ontem o técnico Allan Aal, que chega para substituir Pintado na missão de tirar o clube da zona de rebaixamento da Série B do Campeonato Brasileiro. Ele mostrou muita confiança e comparou a sua passagem pelo Vila Nova, na qual encontrou a equipe em situação semelhante e a tirou da degola.

"Dificuldade muito parecida com a que tive no Vila Nova. O elenco tem condições de nos tirar dessa situação. Vamos trabalhar e falar o mínimo possível. Queremos dar a resposta para nós mesmos dentro de campo. A última impressão foi muito boa. Cada jogo é uma decisão. Temos o segundo turno pela frente, mas a margem de erro é pequena. O campeonato está mais embolado do que naquela ocasião. Esse grupo é mais equilibrado. São situações parecidas, mas vejo o Guarani em uma situação melhor. Precisamos fazer a nossa parte dentro de campo para ter o torcedor ao nosso lado. Vamos buscar não sofrer mais do que o necessário", disse.

Em 2021, Allan Aal dirigiu o time de Campinas em 13 partidas no Paulistão e acabou demitido após a eliminação nas quartas de final para o Mirassol. O treinador comentou também sobre sua última passagem pelo Brinco de Ouro da Princesa.

"Mudança positiva em termos de estrutura e de profissionais que acompanham e trabalham no clube. Uma comissão mais robusta. Uma mudança muito grande da minha primeira passagem para agora. Temos um elenco mais equilibrado. Na última passagem, teve uma remontagem do elenco. É um retorno em uma situação difícil, mas com o clube mais bem estruturado", afirmou.

"Se eu tivesse um pingo de dúvida, não teria aceitado o convite. Eu sei do tamanho e da história do Guarani. Sei o que o torcedor espera da gente. Confio muito no trabalho de todos que estão aqui. Tenho a convicção que a gente pode sair dessa situação. É difícil, mas vamos buscar evoluir a cada jogo. Temos que subir nosso sarrafo. Oscilar é normal, mas não podemos oscilar de maneira tão grande", completou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Tríade Pavimentação e Construções S.A. CNPJ/MF nº 37.802.710/0001-45

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 (Valores expressos em reais)

Relatório da Administração: Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2023	2022
Circulante		**93.160.418**	**26.851.566**
Disponível (caixa e equivalentes de caixa)	3	2.869.311	655.923
Clientes		4.911.465	2.051.624
Créditos tributários e previdenciários		933.079	61.220
Outros Créditos	4	84.446.564	24.082.800
Não circulante		**7.560.627**	**7.386.429**
Realizável de Longo prazo		-	-
Imobilizado	5	405.573	808.504
Intangível	5	7.155.054	6.577.925
Total do Ativo		**100.721.045**	**34.237.995**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de dezembro de 2023	2022
Circulante		**31.893.693**	**8.411.502**
Fornecedores Nacionais		5.223.560	4.156.355
Obrigações Tributárias		25.219.804	3.474.379
Obrigações Trabalhistas		343.019	470.837
Outras Obrigações	6	1.107.309	309.930
Não circulante		-	-
Patrimônio líquido		**68.827.352**	**25.826.494**
Capital social		9.431.586	8.854.457
Reservas de capital		59.395.766	16.972.037
Prejuízos acumulados		-	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**100.721.045**	**34.237.995**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	**8.854.457**	**253.696**	**-153.351**	**8.954.802**
Compensação de Prejuízo		(153.351)	153.351	
Resultado do exercício	-	16.871.692	-16.871.692	
Saldos em 31/12/2022	**8.854.457**	**16.972.037**	**-0**	**25.826.494**
Distribuição de Lucros		- (29.155.900)		- (29.155.900)
Ajustes de Exercícios Anteriores		9.112		9.112
Resultado do exercício		- 71.570.517		- 71.570.517
Integralização de Capital	577.129			577.129
Saldos em 31/12/2023	**9.431.586**	**59.395.766**	**-0**	**68.827.352**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional e informações gerais: A Tríade Pavimentação e Construções S.A., atua no ramo da construção civil, abrangendo a construção e execução de barragens, galerias de águas pluviais e redes de água e esgoto, saneamento em geral, serviços de terraplenagem, pavimentação em geral, obras de arte, dragagem de rios e canais, urbanização, locação de máquinas, veículos e equipamentos, transporte rodoviário de cargas em geral, inclusive transporte rodoviário de produtos perigosos, podendo participar de consórcios ou outras sociedades ou empreendimentos no país ou no exterior, ou, ainda, importar ou exportar serviços, bens e produtos. **1.1. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2024. **2. Descrição das principais praticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **2.1. Elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) seguindo a premissa de continuidade. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$). **2.3. Ativos circulantes: 2.3.1. Classificação: (a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa):** Caixa corresponde as disponibilidades que inclui dinheiro em bancos, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato. Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor. **(b) Clientes:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os clientes compreendem os valores a receber decorrentes das prestações de serviços e estão registrados pelo seu valor original. **(c) Créditos tributários e Outros Créditos:** São demonstrados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ajustados aos valores de realização. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.5). **2.3.3 Estimativa do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado. • Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado. **2.4. Ativo não circulante: 2.4.1. Imobilizado e intangível:** Composto em sua maioria por *tratores e máquinas de terraplanagem e Acervo Técnico* utilizando o capital intelectual formado ao longo dos anos, é registrado e demonstrado pelo custo de aquisição e não possui vida útil definida, portanto, a Companhia não efetua sua amortização, apenas a revisão de seu valor recuperável (*impairment*) através da análise de alterações nos ambientes econômico e tecnológico registrando em rubrica específica no resultado as perdas decorrentes da desvalorização destes ativos, se houver (notas 5). Os demais ativos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações e amortizações acumuladas que são calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (notas 5). Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. **2.5. Recuperabilidade *(impairment)* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso). **2.6. Obrigações Trabalhistas:** Composto por salários, encargos, férias e benefícios a pagar aos colaboradores da Companhia (nota 7). **2.7. Obrigações Tributárias: (a) Tributos a recolher (obrigações fiscais): (i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro presumido trimestral, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 60 mil no trimestre. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a mesma base do IRPJ. **(ii) Programa de integração social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS):** calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 0,65% e 3,0% respectivamente. **(b) Encargos sociais a recolher (obrigações sociais):** Contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). **2.8. Fornecedores nacionais:** Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando classificados no passivo não circulante. **2.9. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.10. Reserva de lucros:** Composta de lucros e prejuízos acumulados ao longo dos exercícios. **2.11. Lucro (prejuízo) por ação:** A Companhia calcula o lucro (prejuízo) por ação em conformidade com o CPC 41 – Resultado por ação. **2.12. Novas normas e interpretações: CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, substitui as orientações existentes no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. **2.13. Reconhecimento das receitas: (a) Vendas de bens e serviços:** As receitas com vendas de serviços relativas aos serviços da área de construção são apropriadas ao resultado conforme vigência contratual (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes). **(b) Financiamentos:** Referem-se ao resultado gerado pelas receitas oriundas de aplicações financeiras. **2.14. Reconhecimento dos custos e despesas:** Os custos e despesas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. **3. Disponível (caixa e equivalentes de caixa):**

Descrição	31 de dezembro de 2023	2022
Caixa	-	-
Bancos conta Movimento	2.693.833	479.919
Aplicações Financeiras	175.478	176.005
Total	**2.869.311**	**655.923**

4. Outros Créditos:

Descrição	2023	2022
Medições Apropriadas	31.722.804	8.264.427
Adiantamento de Fornecedores	1.398.001	601.595
Partes Relacionadas	566.135	9.293.231
Participações em Consórcios	50.759.624	5.923.546
Total	**84.446.564**	**24.082.800**

5. Imobilizado:

	Tratores e Máquinas Terraplanagem	Computadores e Periféricos	Total
31 de dezembro de 2021	**1.197.888**	**12.691**	**1.210.579**
Aquisições	-	-	-
Depreciações acumuladas	(399.356)	(2.720)	(402.075)
31 de dezembro de 2022	**798.532**	**9.972**	**808.504**
Aquisições	-	-	-
Baixas	(904)		(904)
Depreciações acumuladas	(399.308)	(2.720)	(402.027)
31 de dezembro de 2023	**398.320**	**7.252**	**405.572**
Taxa anual de depreciação (%)	**20**	**10**	-

	Intangível
31 de dezembro de 2021	**6.577.925**
Aquisições	
Depreciações acumuladas	-
31 de dezembro de 2022	-
Aquisições	577.129
Depreciações acumuladas	-
31 de dezembro de 2023	**7.155.054**
Taxa anual de depreciação (%)	

6. Outras Obrigações

Descrição	2023	2022
Retenções Contratuais	723.123	309.930
Total	**723.123**	**309.930**

Demonstração de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	2023	2022
Receita Operacional Bruta	**294.571.015**	**109.999.430**
Receita de serviços Prestados	199.203.887	79.288.051
Receitas de Consórcios	71.908.751	22.446.953
Medições Provisionadas	23.458.377	8.264.427
(-) Deduções	**(19.890.377)**	**(7.144.681)**
Impostos incidentes sobre Serviços Prestados	(14.404.087)	(5.399.619)
Impostos incidentes sobre Receitas de Consórcios	(5.486.290)	(1.745.062)
Resultado Operacional Líquido	**274.680.638**	**102.854.749**
(-) Custos com serviços prestados	(109.768.281)	(66.365.258)
(-) Custos com serviços prestados de Consórcios	(69.885.792)	(16.887.114)
Custos Totais	**(179.654.073)**	**(83.252.371)**
Lucro Bruto	**95.026.566**	**19.602.378**
Despesas	**(1.227.816)**	**(1.048.061)**
Administrativas	(993.073)	(999.717)
Comerciais	(82.584)	(11.573)
Tributárias	(152.159)	(36.771)
Outras despesas	-	-
Resultado Financeiro líquido	**1.509.550**	**1.336.601**
Receita Financeira	1.601.341	1.453.542
Despesa Financeira	(91.791)	(116.941)
Resultado Antes dos Impostos e Contribuições	**95.308.299**	**19.890.919**
Imposto de renda (corrente)	(17.447.899)	(1.952.063)
Contribuição social (corrente)	(6.289.884)	(1.067.164)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**71.570.517**	**16.871.692**
Ações do capital social no final do exercício (em milhares)	8.854.457	8.854.457
Lucro/(prejuízo) por ação do capital social (R$)	8,08299	1,90545

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**71.570.517**	**16.871.692**
Depreciações e amortizações	402.027	402.075
	71.972.544	**17.273.767**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.859.842)	(1.622.276)
Créditos tributários e previdenciários	(871.859)	(60.088)
Outros Créditos	(60.363.764)	(23.406.109)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores Nacionais	1.067.205	3.967.814
Obrigações tributárias	21.745.426	3.367.550
Obrigações trabalhistas	(127.818)	451.925
Outras Obrigações	797.379	309.930
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**31.359.272**	**282.515**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Baixa de Ativo Imobilizado	904	-
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	**904**	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Ajustes de Exercícios Anteriores	9.112	-
Distribuição de Lucros	(29.155.900)	-
Caixa Aplicado em Atividades de Financiamentos	**(29.146.788)**	-
(Redução)/Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.213.387**	**282.515**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial	655.923	373.409
Saldo final	2.869.311	655.923
Aumento em Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.213.388**	**282.515**

Pedro Eduardo de Barros - Diretor Presidente
Fabio Junior Antunes Branco - Contador CRC: 1SP331629/O-9

Tríade Pavimentação e Construções S.A.

NIRE 35.300.553.187 - CNPJ 37.802.710/0001-45

Extrato da Assembleia Geral Extraordinária

Dia 27/05/2024, às 10hs, na sede social, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: **Presidente**: Pedro Eduardo de Barros e **Secretário**: Fabio de Sousa Santos. **Deliberações unânimes: 1.** Aprovar a lavratura da ata na forma de sumário dos fatos ocorridos. **2.** Ratificar a contratação da empresa especializada **Clarity Consultoria Empresarial Ltda.**, CNPJ/MF 07.796.093/0001-51, que tem como responsável técnico, o contador Paulo Henrique Vaz da Silva, CRC 1SP187811/O-5, para a realização, da avaliação do acervo líquido correspondente à parcela cindida da Companhia, tendo elaborado, assim, o respectivo Laudo de Avaliação, com base nas demonstrações financeiras da Companhia na data-base de 30/04/2024. **3.** Aprovar o Laudo de Avaliação, que constitui o Anexo I à presente ata, segundo o qual o acervo líquido cindido da Companhia, na Data-Base, corresponde a R$ 490.832,55. **4.** Aprovar o "Protocolo de Cisão Parcial, Justificação e Incorporação de Acervo Líquido Cindido da Tríade Pavimentação e Construções S/A", celebrado na presente data entre a Companhia, **DPBR Participações Ltda.**, CNPJ/MF 14.323.407/0001-64, NIRE 35225776099 e **DP Barros - Pavimentação e Construção Ltda.**, CNPJ/MF 04.780.776/0001- 22, NIRE 35.217.528.871, com incorporação da parcela cindida pela DP BARROS. O referido Protocolo e Justificação constitui o Anexo II à presente ata e o Balanço de Cisão Parcial da Parcela Cindida corresponde ao Anexo III. **4.1.** Aprovar, de forma definitiva a cisão parcial da Companhia, sem solidariedade, com a incorporação da parcela cindida pela DP BARROS, acima qualificada. **4.2.** A Operação que contempla a cisão parcial da Companhia, com a segregação do Acervo Cindido do seu patrimônio, importará na redução do capital social da Companhia, no valor total de R$ 490.833,00, que corresponde ao exato valor da Parcela Cindida acrescida de R$ 0,45. Dessa forma, o capital social da Companhia passará a ser equivalente a R$ 8.940.753,00, sem o cancelamento de ações representativas do capital social da Companhia. **5.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, com a emissão de 3.000.000 de novas ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária da Companhia, no montante de R$ 3.000.000,00. **6.** Em virtude das deliberações constantes dos itens acima, o capital social da Companhia passará para R$ 11.940.753,00, divido em 12.431.586 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com nova redação. **7.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação e formalização da cisão parcial ora aprovada. Foram ratificados todos os atos já praticados pela administração da Companhia com vistas à efetivação da incorporação ora aprovada. **8.** Fica aprovada a alteração e a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Encerramento**: Nada mais, formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob o nº 218.598/24-5 em 06/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

CNPJ 08.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 08/03/2024 às 9h, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. , localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvarenga, São Bernardo do Campo/SP. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti. Secretário: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a autorização para celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Técnica para Novos Negócios ECS - NN - C T 00001/24, entre a Companhia e o Consórcio NN Engenharia e Consultoria ("Consórcio"), cujo objeto é a prestação de serviços pelo pelo Consórcio de assessoria técnica ampla, compreendendo a gestão, revisão e acompanhamento de novos projetos (potenciais licitações de novas concessões de rodovias em que haja interesse de estudo pela Companhia, para avaliar sua intenção de participação no certame) e demais estudos de necessidade da engenharia do Grupo Ecorodivas ("Contrato"). **DELIBERAÇÕES**: Com base no artigo 14, VI "a" do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração aprovou a celebração do Contrato com o Consórcio. Fica a diretoria da Companhia autorizada a todo e qualquer ato para a formalização do ora deliberado. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 08/03/2024. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles e Roberto Borges Paiva. Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles **Secretário.** JUCESP nº 287.049/24-3 em 29/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

CNPJ 08.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 22/07/2024 às 10h, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvarenga, São Bernardo do Campo/SP. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de videoconferência. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti. Secretário: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a autorização para celebração do Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital entre a Companhia e a Argovias Administração e Participações S.A. ("Argovias") cujo objeto é o aporte para futuro aumento de capital, no montante de R$ 25.000.000,00 em favor da Argovias, e cuja conversão em aumento de capital ocorrerá em data a ser definida de comum acordo entre as partes, nos termos da legislação em vigor ("Termo de AFAC"). **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração aprovou a celebração do Termo de AFAC. A acionista autoriza os diretores a tomarem todas as providências necessárias para formalizar a deliberação acima. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 22/07/2024. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles e Roberto Borges Paiva. Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles - **Secretário.** JUCESP nº 287.305/24-7 em 29/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 - PROC. 140/2024
AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se disponível o Edital do Pregão Eletrônico n.º 028/2024, cujo objeto é: SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COMUM DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO CAUQB – CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE COM ASFALTO BORRACHA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ASSUNTOS VIÁRIOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS DO EDITAL. Data da sessão: 19/08/2024, horário: 09h00. Local: http://portal.dracena.sp.gov.br:8079/comprasedital/. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br e PNCP. Dracena, 31 de julho de 2024. CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS TELLES - SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E ASSUNTOS VIÁRIOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 812/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 10.660/2024

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TERAPIAS.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 01/08/2024 até as 08h30min do dia 20/08/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 20/08/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 20/08/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.licitardigital.com.br.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.licitardigital.com.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 30 de julho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 10/2024 - Processo Licitatório nº 11/2024 - UASG 930588
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e analises das águas subterrâneas dos poços de monitoramento na área interna do aterro sanitário e das águas superficiais (Rio Jaguari) em áreas de influencia do Aterro Sanitário Municipal de Pedreira-SP. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global - MODO DE DISPUTA: Aberto. A Sessão Pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 09h00 do dia 19/08/2024. O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados a partir do dia 01/08/2024 no site da Autarquia, através do portal www.saaepedreira.com.br no link Licitações, junto ao pregão eletrônico correspondente. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações e Contratos, de 2ª à 6ª feiras (exceto feriados ou pontos facultativos), das 08h00min às 17h00min, Fone: (19)3852-4653. Pedreira, 31 de Julho de 2024.
Leonardo Selingardi - DIRETOR GERAL INTERINO DO SAAE

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2024 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE 5.000 (CINCO) MIL UNIDADES DE HIDRÔMETROS, QUE SERÃO DESTINADAS PARA NOVAS INSTALAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES DOS HIDRÔMETROS QUE APRESENTAM DEFEITOS.
Tendo em vista a impugnação/pedido de esclarecimentos impetrada, DECIDO SUSPENDER O PROCESSO LICITATÓRIO EM EPÍGRAFE para que seja analisado todo o exposto na impugnação, ficando suspenso até segunda ordem, o qual será marcado nova data para certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos do artigo 55 § 1º da Lei 14.133/21. Pedreira (SP), 31 de Julho de 2024.
Leonardo Selingardi - DIRETOR GERAL INTERINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:
LEILÃO ELETRÔNICO: Nº 001/2024; **Objeto**: ALIENAÇÃO DE 02 (DUAS) ÁREAS (BENS IMÓVEIS), DESCRITAS NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 908, DE 07 DE MAIO DE 2024, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E ANEXOS**: Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Leilões Eletrônicos - 2024); **www.portaldecompraspublicas.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS;** (01/08/2024 – 08:00) **TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** (26/08/2024 – 08:00) **ABERTURA:** (26/08/2024 – 08:01) **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: **www.portaldecompraspublicas.com.br;** "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura.*

Leme, 30 DE JULHO DE 2024
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ABERTA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 003/2024 **- OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA NO BAIRRO VILA URUPÊS, NESTE MUNICÍPIO - **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 20 de agosto de 2024, às 09:00 horas. Disponíveis no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. Os Editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 032/2024 **- OBJETO:** AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS - **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 14 de agosto de 2024, às 09:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL A SER PAGA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, regime de CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 019/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 866/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 9.743/2024

OBJETO: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE DE CONCESSÃO PATROCINADA PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL, PRECEDIDO DE OBRAS PÚBLICAS PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE ARAÇATUBA/SP.
O valor estimado da contraprestação mensal a ser paga pela Administração Pública é de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) ao mês, anual é de R$ 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vinte mil reais) totalizando o valor de R$ 46.200.000,00 (quarenta e seis milhões e duzentos mil reais) durante o período de Parceria Público Privada - PPP, referente aos 35 anos.
O Valor Estimado de investimentos a serem realizados pela Concessionária é de R$ 12.005.189,24 (doze milhões cinco mil cento e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos).
Origem dos Recursos: Recurso proveniente do Tesouro Municipal.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 05/08/2024 até as 08h30min do dia 24/09/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 24/09/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 24/09/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 31 de julho de 2024.
MAURICEIA MUTO - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, no uso de suas prerrogativas legais, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados, a decisão da análise da Propostas **Técnicas e Financeiras apresentadas** pelas Organizações Sociais participantes referente a fase CLASSIFICAÇÃO no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024, destinado à seleção de Organização Social para firmar Contrato de Gestão para gerenciar, operacionalizar e executar ações e serviços de saúde de Urgência e Emergência: e Central de Regulação Médica e Transporte de Urgência e Emergência, conforme segue:
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024 - Processo Administrativo nº 3.966/2024

PONTUAÇÃO FINAL					
Entidades	**Nota Tecnica**	**Nota Financeira**	**Nota Pontuação Tecnica (NPT) X 0,7**	**Nota Pontuação Financeira (NPF) X 0,3**	**Nota Final**
B.H.C.L.	46,00	99	32,2	29,7	61,9
H.M.G.	61,00	99	42,7	29,7	72,4
NOVA ESPERANÇA	78,00	100	54,6	30	84,6
POSITIVA SOCIAL	69,00	100	48,3	30	78,3
SEGEAM	14,00	100	9,8	30	39,8

CLASSIFICAR:
1. Organização Social Associação Filantrópica Nova Esperança - AFNE;
2. Organização Social Instituto Positiva Social;
Por cumprirem os critérios de julgamento da proposta técnica, nos termos dos anexos VI e VII do Termo de Referência Anexo I do Edital.
NÃO CLASSIFICAR:
· Organização Social Associação Beneficência Hospitalar Cesário Lange - BHCL;
· Organização Social Hospital Mahatma Gandhi;
· Sustentabilidade, Empreendedorismo e Gestão em Saúde do Amazonas - SEGEAM
Por descumprirem os critérios de julgamento da proposta técnica, nos termos dos anexos VI e VII do Termo de Referência Anexo I do Edital.
Usando das prerrogativas do artigo 165, inciso I da lei nº 14.133/2021 a comissão abre o prazo de 03 (três) dias úteis da publicação do resultado do julgamento, para interposição de recurso, de acordo com o item 11 do Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Araçatuba, 31 de julho de 2024.
Comissão de Seleção - Portaria nº 74 de 16 de abril de 2024

INBRANDS S.A.

(Companhia Aberta) - CNPJ/MF nº 09.054.385/0001-44 - NIRE 35.300.362.870

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da INBRANDS S.A. ("Companhia"), por seu Presidente, Sr. Paulo Alessandro Elliott De Matos, tem a honra de convidar os Senhores acionistas para se reunirem no dia 16 de agosto de 2024, às 10 horas, em **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE"), a ser realizada na sede da Companhia localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Blocos C/E e G - Piso Panamby, lojas 102, I, J e K, Jardim São Luiz, CEP 05804-900, a fim de deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração, inclusive do Presidente. **Informações Gerais**: Para tomar parte e votar na AGE, cada acionista deverá apresentar à Companhia, o seu documento de identidade, documentos comprobatórios de sua representação e comprovante de sua condição de acionista expedido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia, na forma do Artigo 126 da Lei 6.404/1976. Todos os documentos e informações relacionados à matéria a ser deliberada na AGE encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na forma da legislação aplicável. São Paulo, 30 de julho de 2024. Paulo Alessandro Elliott de Matos - **Presidente do Conselho de Administração**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO 091/2024 (PMP 10418/2024)
Para "Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem pelo método de simples reconhecimento de solos, com "Standart Penetration Test - SPT" e levantamento topográfico de acordo com a área do imóvel" com recebimento das propostas até dia 16/08/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n°46/2024 -** Tipo de Licitação "Menor Valor por Item"
Processo Administrativo nº 12284/2024 - **Edital de Licitação n° 55/2024**
OBJETO*: Registro de preços para aquisição de peças de madeira, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Itirapina, pelo período de 12 (doze) meses.*
A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:
➢ *Local*: https://bll.org.br//
➢ *Início de envio da Proposta*: **31 de julho de 2024.**
➢ *Recebimento de Propostas até*: **19 de agosto de 2024** – Horas: **08h 30min.**
➢ *Início dos lances*: **19 de agosto de 2024** – Horas: **09h 00min.**
Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 31 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

ABANDONO DE EMPREGO

"Ao senhor MARCOS ROBERTO DE MOURA, portadora da CTPS 1461642/0866 / SP, tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho desde o dia 24/06/2024 sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente cientificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho.

Life Work Serviços Especializados LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n°43/2024 -** Tipo de Licitação "Menor Valor Global"
Processo Administrativo nº 830/2024 - **Edital de Licitação n° 52/2024**
OBJETO*: Contratação de empresas especializadas nas prestações de serviços referentes à limpeza das coifas, manutenção preventiva e corretiva, higienização incluindo desmontagem e montagem após a higienização dos equipamentos de coifas, de todas as Unidades Escolares Municipais*
A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:
➢ *Local*: https://bll.org.br//. ➢ *Início de envio da Proposta*: **31 de julho de 2024** – Horas: **10h.** ➢ *Recebimento de Propostas até*: **16 de agosto de 2024** – Horas: **08h 30min.** ➢ *Início dos lances*: **16 de agosto de 2024** – Horas: **09h 00min.**
Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 31 de julho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Revogação do **Pregão Eletrônico nº 90091/2024-DRS.XV**, referente ao **Processo nº 024.00100762/2024-11**, publicado no D.O.E. - Seção III de 18/07/2024, aquisição de Copo Descartável, para atender as necessidades da sede do DRS.XV - sessão pública em: 18/07/2024 às 09:00 horas, o pregão foi considerado **Revogado.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO.

O Município de Alvinlândia/SP, torna público a **Anulação** do processo licitatório n° **047/202**, na modalidade Pregão Eletrônico nº **009/2024**, que tem por objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de instalação de 02 (dois) sistemas de microgeração on-grid de produção de eletricidade através da conversão fotovoltaica, instalados em telhados existentes nos prédios públicos do município, com uma potência estimada total de 150 kw, com geração mínima total das 02 (duas) unidades geradoras de 23.000 kwh/médio/mês, instalação ou adequação dos padrões de entradas de medição de energia elétrica, com fornecimento do projeto de dimensionamento e executivo, todos os equipamentos, materiais, mão de obra, instalação, legalização e garantia de funcionamento do sistema para produção de energia solar fotovoltaica junto a concessionaria de energia elétrica (cpfl), além dos demais procedimentos necessários para a operação e pleno funcionamento da mesma, de acordo com termo de referência, memorial descritivo e projeto básico, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, pela ocorrência de Ato Insanável, conforme mencionado nos autos do processo, com fundamento no Artigo 71, III da Lei 14.133/2021.

Prefeitura Municipal de Alvinlândia/SP, 26 de Julho de 2024.
ABIGAIL CATELI DIAS
Prefeita Municipal

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CARAGUATATUBA

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – O Sr. DIRETOR TECNICO III, do Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba, no uso de suas atribuições, faz saber que se encontra aberto **Pregão eletrônico nº 90015/2024** , para Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo PERECÍVEIS CARNES E EMBUTIDOS, processo nº 006.00266507/2024-41 PROCESSO SIAFEM 20240768876, para o período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2024, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão pública será dia 13/08/2024 às 08:00, no pelo site www.comprasnet.gov.br. O edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES>EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultados junto ao Centro Administrativo no CDP de Caraguatatuba.

ABANDONO DE EMPREGO

"Ao senhor CLAUDIO LUIS RAMOS, portadora da CTPS 3621625/6823/SP, tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho desde o dia 27/06/2024 sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente cientificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho.

Lume Serviços e Engenharia LTDA

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Partido questiona criação de secretaria para resolução de conflitos no TCU

O Partido Novo apresentou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra a criação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso). O relator da Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF 1183), que tem pedido de liminar, é o ministro Edson Fachin.

A Instrução Normativa 91/2022, que criou a unidade, também regulamenta os procedimentos de solução consensual de controvérsias relevantes e prevenção de conflitos relacionados a órgãos e entidades da administração pública federal. O partido argumenta que o ato amplia os poderes do presidente do TCU, que decide quais conflitos serão submetidos a conciliação, além de permitir que o tribunal participe da formatação de políticas públicas, extrapolando suas atribuições constitucionais.

Segundo o Novo, a norma cria uma forma de controle prévio que não está previsto na Constituição Federal e viola os princípios da legalidade administrativa, da separação de Poderes e da moralidade administrativa. O pedido é que o STF declare a inconstitucionalidade da instrução normativa, com a extinção da secretaria, e anule os acordos celebrados, além de impedir que o TCU crie novos órgãos com essa competência.

Shopping pode instalar lojas similares na mesma área, desde que contratos sejam respeitados

(Foto: STJ)

Villas Bôas Cueva observou que, na relação entre lojistas e o shopping center, devem prevalecer as condições pactuadas nos contratos de locação.

A instalação de lojas do mesmo ramo em um shopping center não configura necessariamente atividade predatória ou ofensa à organização do comércio no local (tenant mix), desde que não haja violação dos contratos firmados com os lojistas.

Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por maioria de votos, que um shopping localizado no Rio de Janeiro não agiu de forma irregular ao permitir a instalação de um restaurante de culinária japonesa em frente a outro já existente. A inauguração do concorrente ocorreu em 2018, quando a previsão contratual de preferência do primeiro restaurante já estava extinta.

"A previsão de preferência apenas temporária não trouxe excessiva desvantagem para o locatário, seja porque a cláusula estava claramente redigida e, portanto, passível de avaliação de risco antes mesmo da instalação do restaurante, seja porque a admissão de outro restaurante do mesmo ramo trouxe aumento no faturamento do recorrido, ainda que se afirme que essa situação não tenha refletido nos lucros", destacou o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, autor do voto que prevaleceu no colegiado.

Concorrente direto foi autorizado 12 anos após o fim do acordo inicial - O primeiro restaurante e o shopping assinaram contrato de locação que previa a exclusividade na exploração da culinária japonesa por cinco anos, condicionada a consulta sobre possíveis concorrentes. Passados 12 anos do fim do acordo inicial, a administração do shopping autorizou a instalação de outro restaurante do mesmo segmento. A iniciativa levou o primeiro restaurante a ajuizar ação para barrar a abertura do concorrente ou rescindir o contrato.

O juízo de primeiro grau determinou a rescisão do contrato de locação, mas negou os demais pedidos sob a alegação de que não estava prevista a continuidade do direito de preferência por tempo indeterminado. A decisão, entretanto, foi reformada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), que apontou violação ao tenant mix e determinou o pagamento de indenização.

Ao STJ, o shopping argumentou que a alteração do tenant mix se ampara nos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. Além disso, negou a prática de atividade predatória, pois a exclusividade para explorar o segmento culinário se limitaria aos 60 meses do contrato inicial.

Para relator, alteração do tenant mix não violou a boa-fé objetiva - Villas Bôas Cueva observou que, na relação entre lojistas e o shopping center, devem prevalecer as condições pactuadas nos contratos de locação, salvo se houver desvantagem excessiva para os locatários. Na avaliação do ministro, a previsão temporária de direito de preferência não representou excesso de desvantagem para o locatário, e, na ocasião da instalação do restaurante concorrente, essa prerrogativa já estava extinta havia muito tempo.

Decisões do STJ reforçam combate ao tráfico de pessoas

Em 2013, a assembleia geral das Nações Unidas instituiu o 30 de julho como Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A iniciativa busca estimular a conscientização sobre a situação das vítimas desse crime, que, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), são mais de 2 milhões de pessoas a cada ano.

O crime é uma violação aos direitos humanos e pode ocorrer em âmbito nacional ou internacional. No Brasil, a Lei 13.344/2016 dispõe sobre a repressão e a prevenção do tráfico, além das medidas de atenção às vítimas.

O país contabiliza números e publica relatórios sobre o tema desde 2005, com base na coleta de dados de 12 instituições públicas, compilados pelo Ministério da Justiça. Entre essas instituições está o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Um levantamento feito com centros de todos os estados, entre 2021 e 2023, mostrou que quase 1.500 pessoas - 523 mulheres e 950 homens - foram contabilizadas como possíveis vítimas de tráfico humano.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ) há recursos especiais envolvendo modalidades desse crime, como exploração sexual e trabalho análogo à escravidão. Um exemplo é o RHC 156.191, julgado pela Sexta Turma. No recurso ordinário em habeas corpus, os ministros negaram o pedido dos réus para trancar a ação penal. Os magistrados consideraram que os denunciados aliciavam trabalhadores venezuelanos, submetendo-os a condições análogas à escravidão, com descontos salariais por despesas básicas.

Tribunal da 11ª Região amplia debate sobre inclusão de refugiados no mercado de trabalho

Autoridades, instituições com trabalho de campo, magistrados da Justiça do Trabalho e especialistas trocaram conhecimentos na última quinta-feira (25/7), no evento "Trabalho Decente - Diálogos para a inclusão sociolaboral do migrante e refugiado", realizado pelo Programa Trabalho Seguro (PTS) em conjunto com o Comitê de Combate ao Trabalho Escravo do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR). O evento, que tem parceria da ONG Solidarity Center, foi realizado no prédio anexo à sede do TRT-11, na Avenida Tefé, bairro Praça 14, zona centro-sul de Manaus.

O presidente do TRT-11, desembargador Audaliphal Hildebrando da Silva, destacou o cenário atual migratório na região que faz com que Roraima e Amazonas sejam a porta de entrada da maioria dos refugiados que chegam, principalmente, da Venezuela. "Em Roraima os venezuelanos aumentaram a população em mais de 50 mil pessoas. Esse crescimento populacional aconteceu aqui no Amazonas também. Eles precisam ser bem recebidos, conforme a Lei", informou. Ele também reforçou que é papel do TRT-11 conhecer mais sobre as peculiaridades da Região e por isso, a importância de promover esse debate sobre os migrantes e refugiados.

Representante do Programa Trabalho Seguro no âmbito do TRT-11, o juiz do Trabalho Vitor Maffia, fez um diagnóstico da realidade encontrada entre os migrantes que buscam uma melhora de vida no Amazonas. "A gente percebe que muitos chegam aqui e quando conseguem um trabalho é por um emprego informal.

STF reafirma que cota do ICMS de programas de benefício fiscal pode ter repasse a municípios adiado

(Foto: EBC)

Decisão do ministro Flávio Dino em recurso do Estado de Goiás aplica tese de que o adiamento não viola o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu recurso do Estado de Goiás para reafirmar que é constitucional adiar o repasse dos estados aos municípios da cota de ICMS decorrente de programas de benefício fiscal. A decisão foi tomada no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1365065.

No recurso, o estado questionava decisão do Tribunal de Justiça local (TJ-GO) que determinou o repasse integral da cota de ICMS cabível ao Município de Goiandira, sem a incidência dos descontos, créditos ou adiamento oriundos do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar) e do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir).

No entendimento do Tribunal estadual, o repasse de receitas tributárias aos municípios não deve se sujeitar aos planos estaduais de incentivo fiscal, pois elas são necessárias para garantir a autonomia financeira dos entes federados.

Para o ministro Flávio Dino, porém, a decisão não está alinhada à tese definida pelo Supremo (Tema 1172 da repercussão geral) de que os programas que postergam o pagamento de ICMS, como o Fomentar e o Produzir, não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias, desde que seja repassada a parcela pertencente aos municípios quando o tributo ingressar efetivamente nos cofres públicos estaduais.

Dino destacou que, conforme decidido pelo Tribunal, os valores já repassados pelo Estado de Goiás ao município até 9/1/2023 (data da publicação da ata do julgamento do mérito da repercussão geral) devem ser preservados.

Conciliação Itinerante registra quase R$ 1 milhão em acordos no Oeste maranhense

O projeto Conciliação Itinerante encerrou a semana de atendimentos à população de Bom Jardim, Pindaré-Mirim, Bela Vista do Maranhão e Santa Inês, no período de 22 a 26 de julho, com 428 audiências realizadas que resultaram em um total de R$ 911 mil em acordos celebrados. O trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Amazonas (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Nilo Ribeiro Filho, também realizou 219 atendimentos de orientação jurídica aos cidadãos e cidadãs desses municípios.

A Conciliação Itinerante disponibiliza serviços e garante que a população seja atendida e possa resolver, de forma amigável e gratuita, sem a necessidade de entrar com processo ou de contratar advogado, questões relacionadas a divórcio, reconhecimento ou dissolução de união estável, exame de DNA, pensão alimentícia, renegociação de dívidas, dentre outras.

Para o desembargador José Nilo Ribeiro Filho, presidente do Nupemec/TJMA, a presença do ônibus da conciliação por cidades do interior do Estado, tem aproximado cada vez mais o Poder Judiciário da população, promovendo e fortalecendo, desse modo, a cultura da pacificação social. "Com essas ações alcançamos o litígio, os problemas, antes que as pessoas formalizem um processo judicial, dando a oportunidade para que os conciliadores e conciliadoras do TJ analisem a controvérsia em conjunto com as partes, sugerindo soluções, incentivando o acordo, intervindo nos conflitos com suas opiniões, em um objetivo claro e pré-estabelecido: chegar a um acordo, por meio de concessões" avaliou o magistrado.

No STF, Gilmar questiona Barroso se ação contra 'emendas Pix' deve ser relatada por Dino

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes proferiu despacho de terça-feira, 30, questionado se a ação ajuizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) contra as chamadas "emendas Pix" deve ser distribuída ao ministro Flávio Dino, que relata ação sobre o orçamento secreto. Na visão de Gilmar, que foi sorteado relator da ação da Abraji, ambas as ações estão "fundadas em ausência de publicidade, transparência, fiscalização e responsabilização". A decisão caberá ao presidente da Corte, Luís Roberto Barroso.

"Foi instaurada audiência de conciliação na ADPF 854/DF, na qual um dos objetivos centrais é afastar 'as práticas viabilizadoras do orçamento secreto'. A requerente, por sua vez, sustenta que as 'emendas Pix' consubstanciam uma espécie de 'orçamento secreto' e que têm sido utilizadas para burlar o comando emanado deste Tribunal", disse Gilmar no despacho.

Na petição enviada ao Supremo na semana passada, a Abraji pediu que o processo seja distribuído a Dino por "prevenção", pelo fato de ele ser relator de ação que trata de tema semelhante. Em 2022, o Supremo declarou inconstitucional o chamado orçamento secreto, como ficaram conhecidas as emendas de relator identificadas pela sigla RP-9. A ação foi herdada por Dino do acervo da ministra Rosa Weber, que se aposentou.

As "emendas Pix" são emendas parlamentares individuais que permitem a transferência direta de recursos públicos sem transparência. Na petição, a Abraji alega que os repasses não podem ser realizados sem vinculação a projeto ou atividade específica. "O Estado de Direito não pode admitir repasses sem finalidade definida e sem critério definido, por representar arbitrariedade inconstitucional", argumenta. A associação fez um pedido de liminar para suspender as emendas até o julgamento definitivo da ação.

Falso aliado do PCC pega 4 anos de prisão por extorsão a Steinbruch e João Doria

A 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) manteve condenação de quatro anos e dois meses de prisão, no regime inicial semiaberto, a um falso aliado do Primeiro Comando da Capital (PCC) que tentou extorquir o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch e a mulher dele, Carolina Steinbruch.

De acordo com os autos, Hércules Cordeiro Torres também cometeu crime de extorsão (art. 158 do Código Penal) contra a família do então governador de São Paulo João Doria. Os dois casos ocorreram em 2020.

Torres criou o perfil "@op.steinbruch" no Instagram e enviou mensagem para Carolina em que a constrangia a transferir a quantia de R$ 5 milhões até o dia 13 de maio de 2020, segundo o acórdão. Caso contrário, ele mataria o casal. A defesa de Torres sustentou nos autos insuficiência de provas e pediu absolvição do réu.

"Olá Carolina! Vou te contar, não foi nada fácil encontrarmos a sua residência, mas enfim: Nos foi oferecido 3 milhões pela cabeça do seu esposo (Benjamin) e + 1 pela sua. Estamos a 10 minutos de você e antes de efetuarmos o serviço vou perguntar: quer cobrir a oferta? Por 5 milhões eu retiro meus homens dos arredores e cancelamos a investida. Você tem até dia 13/05 (quarta-feira) para fazer a transferência. Em caso contrário o serviço será efetuado conforme solicitado (sic)", dizia a mensagem ameaçadora enviada no dia 9 de maio de 2020.

Torres foi identificado como autor do crime depois de ter enviado mensagem com dados bancários e o CPF para a vítima realizar o depósito. Funcionários da CSN foram acionados e comunicaram o crime às autoridades policiais.

Em juízo, Torres assumiu ter enviado a mensagem e na sequência apagado. Ele estava na casa da namorada e não nas proximidades da casa do casal.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEDICINA & SAÚDE

(Foto: Divulgação)

Agosto Dourado: No Brasil, 67,7% das gestantes com diagnóstico de HIV são mulheres negras

A transmissão vertical pelo aleitamento materno é um realidade que pode ser evitada, caso sejam seguidas todas as orientações médicas

Agosto, também conhecido como "Agosto Dourado", é o mês dedicado ao incentivo e conscientização sobre o aleitamento materno, ressaltando os inúmeros benefícios dessa prática para a saúde do bebê e da mãe. No entanto, muitas mães vivendo com HIV/Aids enfrentam a impossibilidade de vivenciar esse momento de conexão com seus bebês, uma vez que são orientadas a não amamentar para evitar a transmissão vertical do vírus.

De acordo com o segundo volume do Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra, entre 2011 e 2021, o número de casos de HIV detectados em gestantes pardas e pretas aumentou anualmente, passando de 62,4% em 2011 para 67,7% em 2021. Observou-se uma maior proporção desses casos entre as gestantes com idade entre 15 e 29 anos, que representaram 69,6% das notificações.

Durante a gestação e o parto, há o risco de transmissão do HIV, assim como de outras doenças. É importante destacar que o HIV pode ser transmitido através da amamentação. Diante dessa realidade, a infectologista dos Hospitais Samaritano e Indianápolis, Dra. Rafaela Arvai Pereira, enfatiza que orientar as mães a não amamentar em caso de infecção é uma medida de proteção ao bebê.

"Médicos prescrevem medicamentos para a mãe não produzir leite, evitando o ingurgitamento mamário, a mastite ou outros problemas, e recomendamos o uso de fórmula láctea", explica a infectologista. Essa fórmula é fornecida gratuitamente pelo governo, assegurando o acesso a uma alternativa segura e adequada para a alimentação do recém-nascido.

Diagnóstico durante a gestação

No Brasil, a notificação de gestantes, parturientes e puérperas com HIV é obrigatória desde o ano 2000, com o objetivo de prevenir a transmissão vertical da infecção de mãe para o bebê. Contudo, o boletim epidemiológico revela que, em 2021, mais de 70% das notificações de AIDS em crianças com menos de 14 anos eram de pessoas negras, sendo 6,3% pretas e 64,9% pardas. Além disso, o documento destaca um aumento de 12% na proporção de pessoas pretas e pardas testadas para HIV ou AIDS, que passou de 50,3% em 2011 para 62,3% em 2021.

Nesse contexto, é essencial que as gestantes realizem testes para HIV, sífilis e hepatites durante os três primeiros meses de gestação, nos três últimos meses e em casos de exposição de risco e/ou violência sexual, respectivamente. Além disso, o teste para HIV deve ser realizado no momento do parto, independentemente de exames anteriores.

Para as gestantes diagnosticadas com HIV durante a gestação, é recomendado o início imediato do tratamento com medicamentos antirretrovirais, que deve se estender por toda a gestação e, se orientado pelo médico, também no momento do parto. Essa abordagem visa prevenir a transmissão vertical do HIV para o bebê.

"É de extrema importância que todas as pessoas vivendo com HIV, incluindo as mães, tomem os medicamentos antirretrovirais diariamente, de preferência no mesmo horário e também sem pular nenhum dia, uma vez que essa disciplina resulta em uma carga viral indetectável, o que significa intransmissibilidade", ressalta Dra. Rafaela. O recém-nascido também deve receber o medicamento antirretroviral (xarope) e ser acompanhado regularmente por um profissional de saúde.

Prevenção e cuidado para o crescimento saudável do bebê

É fundamental enfatizar que mulheres com diagnóstico negativo para o HIV durante o pré-natal ou parto devem utilizar camisinha (masculina ou feminina) nas relações sexuais, inclusive durante o período de amamentação, como medida preventiva para evitar a infecção e garantir o crescimento saudável do bebê.

A presidente do Projeto Criança Aids (PCA), ONG de São Paulo que atua com crianças e famílias de crianças que vivem com HIV/Aids, Adriana Galvão Ferrazini, frisa que o ato de não amamentar é uma prova de amor e de direito à vida.

"Mulheres amamentando podem ser infectadas e só ter conhecimento do fato quando já estiverem doentes da Aids, quando os sintomas das comorbidades aparecem nelas e em seus filhos também infectados, através do leite materno", salienta Adriana. "Por isso a importância da testagem periódica para o vírus HIV, do uso de preservativos masculino ou feminino e da PrEP (profilaxia pré-exposição), durante a amamentação".

Casos em crianças

Os dados oficiais divulgados pelo Boletim Epidemiológico de HIV/Aids revelam que os casos de HIV em crianças menores de 5 anos de idade têm se mantido estáveis nos últimos dois anos. Entre 2019 e 2021, a taxa de detecção nessa faixa etária registrou uma significativa queda de 35,4%, passando de 1,8 para 1,2 casos por 100 mil crianças.

"Em nossa ONG temos diversos casos de crianças que foram infectadas através do aleitamento materno e infelizmente a descoberta do ocorrido foi tardia, algumas dessas crianças já têm sequelas irreversíveis por conta das doenças causadas pela Aids", pontua a presidente do PCA.

O "Agosto Dourado" é um momento oportuno para reforçar a importância da não amamentação em casos de infecção por HIV/Aids e promover a conscientização sobre a prevenção, o diagnóstico precoce e o cuidado adequado para as mães e seus bebês. A adoção de medidas preventivas e a busca por assistência médica qualificada são fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar de todos.

Esfregar os olhos com frequência contribui para o avanço do ceratocone, doença ocular que afeta a córnea

Tratamento cirúrgico minimamente invasivo ajuda a impedir a progressão e a afastar o risco de cegueira

De origem genética, o ceratocone é uma doença ocular caracterizada pela alteração estrutural da córnea, camada fina e transparente que recobre a parte frontal do globo ocular. A enfermidade afeta a transparência e a curvatura da córnea, que fica com um formato semelhante a um cone.

O ceratocone pode evoluir de forma silenciosa e, em quadros avançados, provocar a perda da visão. Por isso, é importante buscar ajuda médica se houver piora visual, como mudanças frequentes no grau, astigmatismo elevado ou dificuldade para enxergar à noite. A pessoa também pode perceber círculos brilhantes ou reflexos ao redor de fontes luminosas.

"Adotar cuidados como não esfregar os olhos constantemente contribui para reduzir o risco da doença e o seu avanço", orienta a oftalmologista Thaís Borges, do H.Olhos - Hospital de Olhos localizado em São Paulo, referência em saúde ocular no estado. Ela explica que "embora o ceratocone não tenha cura, já existe tratamento para interromper sua progressão."

De acordo com a médica, "o crosslinking corneano é um procedimento cirúrgico minimamente invasivo que combina riboflavina (vitamina B2) e aplicação de luz ultravioleta na córnea, a fim de fortalecer e estabilizar as fibras de colágeno. Depois o paciente fica por cerca de uma semana com uma lente terapêutica, que age como uma espécie de curativo sobre a córnea".

"A resposta ao tratamento é individual, os resultados variam de acordo com a gravidade da doença e a técnica específica utilizada", complementa a oftalmologista. Outro recurso para melhorar a visão e regularizar a curvatura da córnea, quando os óculos e as lentes não surtem mais efeito, é a implantação do anel intracorneano, um dispositivo rígido com formato de anel, posicionado dentro da córnea.

A médica cita o caso de uma paciente que foi diagnosticada com ceratocone avançado bilateral e precisou passar por um segundo transplante de córnea no olho direito para melhorar a visão. Na primeira tentativa, houve rejeição e falência do tecido doado.

O segundo transplante, todavia, obteve sucesso. No olho esquerdo, o tratamento indicado foi o crosslinking corneano e o resultado foi ainda melhor, com estabilização da doença.

Embora hoje a paciente precise de óculos ou lentes para enxergar bem, sem o procedimento a perda de visão causada pela doença avançaria de forma progressiva, com risco de cegueira. "Ao estabilizar a córnea, o tratamento evitou a progressão do ceratocone e trouxe mais qualidade de vida para a paciente", complementa a oftalmologista Thaís Borges.

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEDICINA & SAÚDE

Vitiligo: doença que afeta mais de 1 milhão de brasileiros tem cura?

Dermatologista do CEJAM esclarece essa e outras dúvidas, além de compartilhar dicas para o cuidado diário com a pele

(Foto: Envato)

O vitiligo, doença que se caracteriza pela perda de pigmentação da pele, afeta até 2% da população mundial. No Brasil, a condição está entre as 25 mais comuns, atingindo mais de um milhão de pessoas, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

Personalidades, como o eterno rei do pop Michael Jackson e a modelo Winnie Harlow, que se tornou uma referência de empoderamento sobre o tema, são exemplos de figuras públicas que lidaram ou lidam com esse diagnóstico.

Recentemente, a notícia de que um dos filhos da empresária e estrela de reality show Kim Kardashian, fruto de seu relacionamento com o rapper Kanye West, também foi diagnosticado com vitiligo, trouxe novamente à tona a discussão sobre o tema. No entanto, a influencer não revelou qual dos quatro seriam.

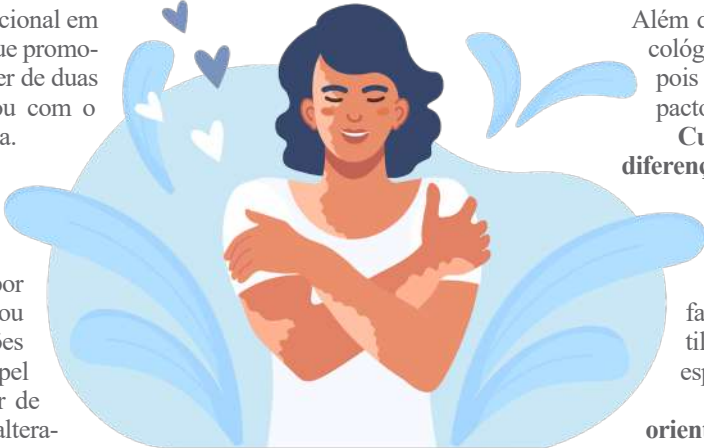
"O vitiligo pode afetar qualquer pessoa, sem distinção de idade, sexo ou etnia. As causas exatas ainda não são totalmente compreendidas. Supõe-se que seja uma combinação de fatores genéticos e autoimunes", afirma a Dra. Flavia Rosalba Rodrigues, dermatologista do CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim".

Tudo começa a partir da agressão do próprio sistema imunológico aos melanócitos, células encarregadas de pigmentar a pele, levando à sua destruição ou mau funcionamento e desencadeando uma mudança na pigmentação cutânea. Como consequência, surgem as manchas brancas que podem se expandir pelo corpo de maneira imprevisível.

Apesar de, normalmente, não provocarem dor ou coceira, essas manchas podem causar desconforto emocional em virtude das alterações visuais que promovem. Elas podem se desenvolver de duas formas: desde o nascimento ou com o tempo, em qualquer fase da vida.

Segundo a dermatologista, além da influência genética, outros fatores podem contribuir para o seu surgimento ou agravamento. O estresse, por exemplo, pode desencadear ou intensificar a condição. "Questões emocionais podem ter um papel significativo no vitiligo, apesar de não serem a causa direta. As alterações na aparência, resultantes da doença, podem gerar estresse adicional, ansiedade e impactar a autoestima."

Lesões na pele e queimaduras solares também podem precipitar o aparecimento das manchas nas áreas afetadas. E, aparentemente, a exposição a alguns produtos químicos e substâncias irritantes pode estar ligada ao desenvolvimento ou piora do quadro.

O diagnóstico da doença é realizado por um dermatologista através da observação das manchas na pele. Mas, em alguns casos, pode ser necessária a realização de exame de pele ou outros testes para se ter uma confirmação precisa.

O quadro não tem cura, porém, pacientes com o diagnóstico podem realizar diferentes tipos de tratamentos para melhorar a aparência da pele. "Eles podem variar de acordo com cada caso e sua gravidade. Podem ser utilizados cremes, que ajudam a reduzir a inflamação e estimular a repigmentação da pele, terapia com luz ultravioleta (UV), para estimular os melanócitos, e terapias de camuflagem para cobrir as manchas brancas. Em casos mais severos, tratamentos cirúrgicos, como o transplante de melanócitos, podem ser considerados", explica a especialista.

Além disso, o acompanhamento psicológico também é parte essencial, pois ajuda a lidar com todo o impacto emocional causado.

Cuidados diários fazem toda a diferença

Além dos tratamentos prescritos durante as consultas médicas e de suporte emocional, a Dra. Flavia enfatiza que os indivíduos com vitiligo necessitam de um cuidado especial com a sua pele.

Confira abaixo algumas orientações:

• Use protetor solar: A pele com manchas brancas carece de proteção da melanina e pode queimar mais facilmente. Para reduzir o risco de queimaduras solares e câncer de pele, aplique um protetor solar com fator de proteção 30 ou superior em todas as áreas expostas do corpo. Esse cuidado deve ser uma parte constante na rotina;

• **Hidrate a pele:** É importante manter a pele bem hidratada para evitar ressecamento e irritação. Isso pode ser feito através do uso regular de loções, cremes ou óleos hidratantes. Mas atenção, escolha produtos suaves para não causar irritações adicionais na pele;

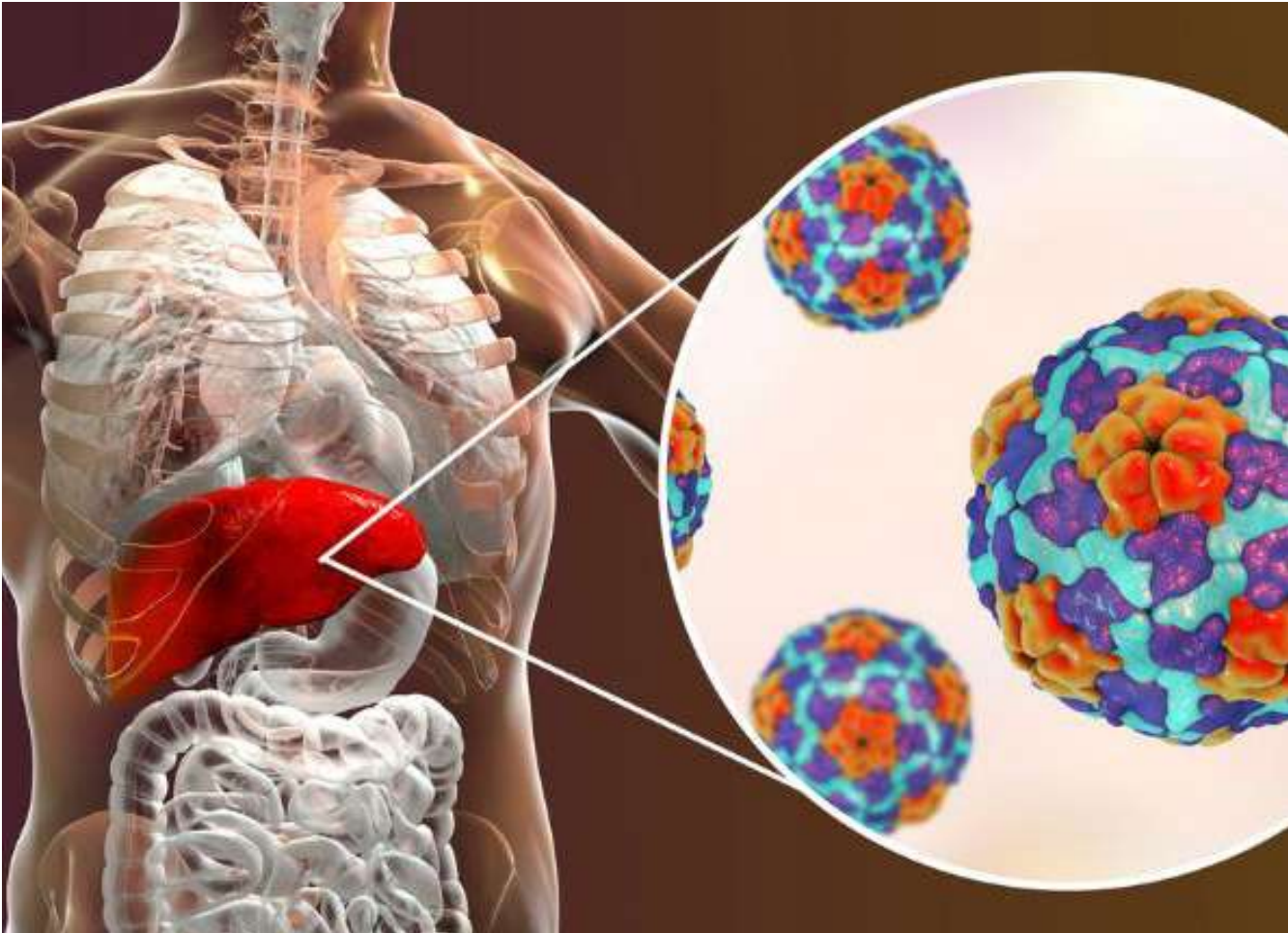
• **Monitore as manchas:** Acompanhe regularmente para notar qualquer mudança. Consultas periódicas com um dermatologista são importantes para avaliar a condição da pele e ajustar o tratamento conforme necessário.

E, em todo caso, evite:

• Exposição excessiva ao sol: A pele com vitiligo é mais sensível às queimaduras solares devido à falta de melanina. Reduzir a exposição ao sol e usar protetor solar são fundamentais para prevenir danos;

• **Estresse excessivo:** Embora seja difícil evitá-lo, técnicas para lidar com essa reação podem ser úteis, por isso, busque a que melhor se encaixe na sua rotina. Algumas opções como meditação, yoga e exercícios podem ajudar positivamente;

• **Dormir tarde e se alimentar mal:** Por fim, é importante manter uma alimentação balanceada e garantir um sono de qualidade para a redução dos níveis de estresse no organismo.

Hepatites virais são silenciosas e podem matar; entenda!

Vacinação em dia, testes regulares, uso de preservativos e higiene adequada são algumas das medidas essenciais para prevenção da doença, destaca infectologista do CEJAM

(Foto: Divulgação)

A hepatite, uma inflamação do fígado provocada por infecção viral, apresenta-se em cinco variantes: A, B, C, D e E. Cada uma delas causa diferentes graus de alterações no organismo. De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre 2000 e 2023, o Brasil registrou mais de 785 mil casos, sendo as versões A, B e C as mais comuns no país.

O mesmo órgão destaca que, globalmente, cerca de 1,4 milhão de mortes ocorrem anualmente devido a algum tipo de hepatite. Para conscientizar a população sobre a importância da prevenção e do tratamento dessas doenças, é celebrado anualmente, no dia 28 de julho, o Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais.

"Os sintomas podem ser bastante variados, a depender do tipo e do grau de gravidade. Há casos em que os pacientes não apresentam sintomas, o que é comum nas fases iniciais da hepatite C. Por outro lado, há situações em que os indivíduos podem ter febre, perda de apetite, icterícia, náuseas, vômitos e fezes claras", explica a Dra. Lilian Branco, infectologista do CEJAM – Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim".

Segundo a médica, as formas de transmissão também mudam de acordo com a variante. As hepatites A e E, por exemplo, são transmitidas através da ingestão de água e alimentos contaminados, colocando em risco principalmente aqueles sem acesso a serviços adequados de saneamento básico.

"As hepatites B, C e D, por outro lado, podem ser transmitidas por meio de objetos cortantes com sangue contaminado, relações sexuais desprotegidas e também de mãe com o vírus para o filho durante a gestação ou o parto", afirma a especialista.

As hepatites B e C, duas das três mais comuns no Brasil, se não cuidadas, têm potencial para se tornarem crônicas e podem levar à cirrose - mesmo na ausência de consumo de álcool -, insuficiência hepática, câncer de fígado e, em alguns casos, à morte.

Dra. Lilian ressalta que existem tratamentos para todos os tipos. "Para as hepatites A e E, geralmente, o tratamento é de suporte, focando no controle dos sintomas, pois na maioria dos casos o corpo consegue eliminar o vírus sozinho, sem maiores complicações."

O tratamento da hepatite C, que envolve o uso de antivirais, apresenta uma alta taxa de sucesso. Ele é capaz de curar a grande maioria dos casos se for realizado corretamente e se o diagnóstico do paciente for precoce.

Por outro lado, o cenário é diferente quando se trata das hepatites B e D. O tratamento para essas condições varia conforme as características individuais de cada paciente e, embora possa incluir a administração de antivirais, ainda não há cura para essas formas da doença.

"Temos vacinas disponíveis para prevenir os tipos A e B, que fazem parte do calendário vacinal brasileiro. É importante destacar que ao se vacinar contra a Hepatite B, também estamos nos protegendo contra a Hepatite D, pois sua manifestação depende da presença do vírus da Hepatite B no organismo", relata.

No entanto, a infectologista adverte que ainda não existem vacinas para as Hepatites C e E no Brasil. "Embora existam pesquisas em andamento para a hepatite E, ela é pouco comum em nosso país, sendo mais prevalente no continente africano. Quanto à hepatite C, na ausência da vacina, torna-se crucial a realização de testes periódicos e a manutenção de um cuidado constante com a saúde."

Além da vacinação em dia, outras medidas são fundamentais na prevenção das hepatites. "Manter uma higiene adequada, ter acesso a saneamento básico, usar preservativos e evitar o compartilhamento de objetos perfurocortantes são ações essenciais para impedir a disseminação da condição e minimizar as complicações associadas", conclui a médica.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEIO AMBIENTE

Novas fontes de energia e os cuidados com o meio ambiente

(Foto: Divulgação)

A crescente adoção de energias eólica e solar no Brasil representa um avanço significativo para a matriz energética do país, trazendo consigo uma série de benefícios e desafios que merecem reflexão aprofundada. Entre os pontos positivos, a diversificação da matriz energética é um fator essencial. A inclusão de fontes renováveis reduz a dependência de combustíveis fósseis e hidrelétricas, estas últimas vulneráveis às secas. Além disso, esses investimentos promovem o desenvolvimento tecnológico e a inovação, impulsionando novas técnicas de armazenamento e eficiência energética.

No entanto, é necessário considerar os impactos ambientais locais. A instalação de parques eólicos e solares pode afetar ecossistemas, flora e fauna, além de ocupar vastas áreas que poderiam ser usadas para agricultura ou preservação ambiental. Outro desafio significativo é a necessidade de investimentos robustos em infraestrutura de transmissão e distribuição, bem como em sistemas de armazenamento de energia, para garantir a estabilidade do fornecimento diante da intermitência dessas fontes.

Comparando com países desenvolvidos, podemos observar que a integração das energias renováveis é acompanhada por avanços tecnológicos substanciais. A Alemanha investiu fortemente em tecnologias de armazenamento e redes inteligentes, enquanto estados como a Califórnia, nos Estados Unidos, lideram com políticas de incentivo e inovação constante. Nesse contexto, a parceria entre os players com as consultorias vem se mostrando crucial fornecendo expertise necessária para superar obstáculos técnicos e logísticos, garantindo uma transição eficiente para energias renováveis.

No cenário global, o Brasil tem uma oportunidade única de liderar a agenda de energia renovável, especialmente durante sua presidência no G20. O país pode promover parcerias internacionais, apoiar políticas globais de sustentabilidade e investir em pesquisa e desenvolvimento. Essas iniciativas posicionariam o Brasil na vanguarda da inovação energética e sustentabilidade, catalisando transformações significativas no setor global de energia. A liderança brasileira no G20 pode ser um divisor de águas, consolidando o país como um exemplo de sustentabilidade e inovação, impulsionando o crescimento econômico e assegurando um futuro energético mais seguro e limpo para todos.

Cerrado tem até 43 milhões de hectares de vegetação suscetível à degradação, aponta plataforma

Degradação pode afetar de 19% a 45% de toda a área do bioma, de acordo com ferramenta que mapeou pela primeira vez os vetores de degradação no Brasil.

(Foto: Divulgação)

A área de vegetação nativa remanescente que pode estar degradada no Cerrado está entre 18 milhões e 43 milhões de hectares. Essa é a maior área de vegetação degradada dentre todos os biomas - corresponde a 19% e 45% de toda a vegetação nativa do bioma, respectivamente. Os dados foram levantados de forma inédita em iniciativa coordenada por pesquisadores do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e lançada nesta sexta-feira (05) para compor o leque de módulos disponibilizados pela rede MapBiomas.

A versão beta da plataforma de vetores da degradação permite que pesquisadores e tomadores de decisões combinem vetores para mapear áreas suscetíveis à degradação no Brasil e gerar cenários do impacto de diferentes fatores sobre a saúde e as funções da vegetação nativa remanescente. Para mapear essas áreas, é possível usar diferentes parâmetros para cada um dos vetores disponíveis na plataforma, como área de borda, tamanho dos fragmentos, isolamento dos fragmentos, frequência de fogo, tempos desde o último fogo e idade da vegetação secundária.

Enquanto o desmatamento remove toda a vegetação de uma área, esses vetores de degradação atuam com a vegetação nativa em pé, enfraquecendo sua estrutura e ocasionando perda de biodiversidade e diminuição nos seus serviços ecossistêmicos, como captura de carbono e evapotranspiração.

"A degradação é um processo que causa perda nas propriedades, serviços e funções de um ecossistema. A linha de base do que é uma perda varia em função do que se adota como referência, por isso a plataforma foi construída para permitir a construção de cenários multicritério, possibilitando a avaliação dos vetores de degradação sobre múltiplas perspectivas e por territórios", explica Dhemerson Conciani, pesquisador do IPAM.

Área de borda e fragmentação

Um dos vetores de degradação identificados e que pode ser incluído em análises na plataforma é a área de borda, que consiste no aumento da fragilidade da parcela de vegetação que se encontra nas extremidades de uma área de vegetação nativa. Mais vulneráveis ao vento, à radiação solar e aos agrotóxicos, a vegetação nas bordas é mais suscetível ao fogo e sua fauna e flora sofrem com maiores índices de predação e herbívora – quando animais e insetos se alimentam de plantas.

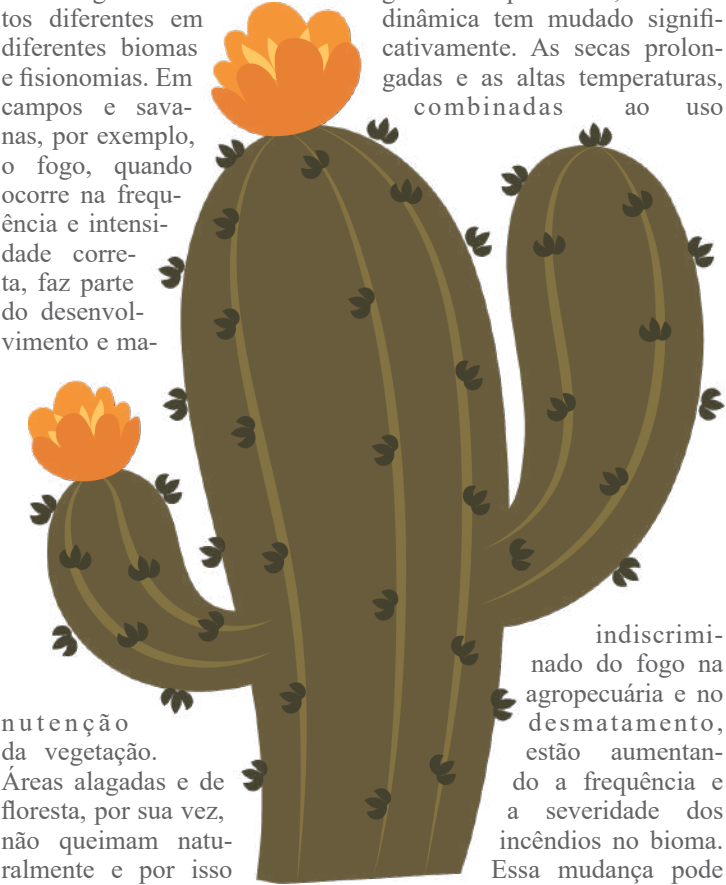
Segundo a plataforma, a área de borda varia entre 116 milhões e 60 milhões de hectares em todo o Brasil e tem aumentado rapidamente desde 1985, sendo um dos vetores de degradação mais comuns no Cerrado e Amazônia. A área de borda está associada à abertura ao redor de vegetação nativa preservada, podendo afetar, inclusive, unidades de conservação ilhadas pelo desmatamento.

O Cerrado é o bioma com a maior área de borda, variando entre 38,2 a 19,6 milhões de hectares da vegetação natural remanescente. Esse intervalo considera bordas de 60 a 150 metros. Proporcionalmente, no entanto, o bioma mais afetado foi a Mata Atlântica, que têm entre 42% e 69% da sua vegetação natural remanescente suscetível à degradação.

A susceptibilidade à degradação também pode ser influenciada pelo tamanho do fragmento de vegetação e a distância que ela se encontra de outras áreas remanescentes. Ambos são fundamentais para garantir a biodiversidade, a variabilidade genética e o funcionamento do ecossistema. De acordo com os dados levantados na plataforma, mais de 17 milhões de hectares de vegetação nativa podem estar localizados em parcelas de até 50 hectares e quase 10 milhões de hectares estão em fragmentos a mais de 5km de outras áreas de vegetação.

Degradação pelo fogo

O fogo tem efeitos diferentes em diferentes biomas e fisionomias. Em campos e savanas, por exemplo, o fogo, quando ocorre na frequência e intensidade correta, faz parte do desenvolvimento e manutenção da vegetação. Áreas alagadas e de floresta, por sua vez, não queimam naturalmente e por isso são mais degradadas pelo fogo, que pode resultar em danos irreversíveis, como a perda de espécies e a alteração permanente da estrutura florestal. Dados do novo módulo de degradação indicam que cerca de 15% das florestas remanescentes do Cerrado tiveram pelo menos um evento de fogo na série histórica.

"No Cerrado, o regime natural de fogo inclui ciclos regulares de queimadas, mas essa dinâmica tem mudado significativamente. As secas prolongadas e as altas temperaturas, combinadas ao uso indiscriminado do fogo na agropecuária e no desmatamento, estão aumentando a frequência e a severidade dos incêndios no bioma. Essa mudança pode intensificar os processos de degradação, ameaçando a biodiversidade local e comprometendo a integridade dos ecossistemas", acrescenta Vera Arruda, pesquisadora do IPAM.

A ausência de fogo em áreas onde ele naturalmente ocorreria também pode ser um indicativo de degradação. Em ecossistemas adaptados ao fogo, como formações campestres, a exclusão do fogo pode levar ao acúmulo de matéria orgânica e o desaparecimento de plantas rasteiras que, sem espaço, são substituídas por árvores e espécies de maior porte, comprometendo a biodiversidade e a estrutura original da vegetação. No Cerrado, 28% da área de formações campestres nunca foram atingidas pelo fogo, segundo dados da plataforma.

Vegetação secundária

Cerca de 9,5 milhões de hectares da vegetação nativa do Cerrado é secundária – aquela que está em processo de regeneração após a remoção da vegetação original, seja por causas humanas ou naturais. A vegetação secundária com estrutura e funcionamento diferentes da vegetação original, é mais instável e suscetível a perturbações externas como incêndios florestais, tornando-a mais suscetível à degradação.

O tempo de crescimento da vegetação secundária varia de acordo com a fisionomia e o uso anterior da área, como pastagem ou agricultura. Por essa razão, a idade dessas áreas, especialmente no período entre 5 e 6 anos, é um indicador importante de sua estabilidade e do seu grau de susceptibilidade à degradação.

No Cerrado, a vegetação secundária ganha uma importância crescente devido às taxas alarmantes de desmatamento, que atingiu 1 milhão de hectares e superou a perda de vegetação nativa na Amazônia pela primeira vez.

"É necessário avançar em direção a uma estratégia que promova o aumento do valor ecossistêmico dessas áreas, estimulando sua conservação e oferecendo incentivos por sua preservação. Isso é fundamental para garantir que essas áreas não sejam convertidas e preservar o papel ecológico que desempenham, como o sequestro de carbono que pode inclusive ser maior que o da vegetação primária", destaca Bárbara Costa, analista de pesquisa do IPAM.

Biomas

Perdendo apenas para o Cerrado, a Amazônia, concentra a segunda maior área suscetível à degradação, variando entre 19 e 34 milhões de hectares. Essas áreas, no entanto, correspondem a apenas 5,4% e 9,8% da vegetação nativa remanescente do bioma. Proporcionalmente, no entanto, a Mata Atlântica é o bioma onde a vegetação nativa é mais suscetível à degradação, com até 24 milhões de hectares, ou 73% de todo o bioma.

Recuperação de áreas degradadas

Em abril de 2023, um grupo de pesquisadores composto pelo IPAM elaborou e entregou um policy brief a representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima alertando para a necessidade de incorporar medidas de combate à degradação na lista de prioridades do PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal). O documento chama a atenção para as emissões de CO² em áreas degradadas, que já são semelhantes às áreas desmatadas, e para bombeamento de água 33% menor em áreas com algum tipo de degradação.

Como propostas, o policy brief destaca a importância de aprimorar as técnicas de mapeamento de áreas degradadas e defende a criação de um fundo de emergência capaz de apoiar a proteção de áreas consideradas prioritárias. O relatório também defende a criação de mecanismos específicos para garantir a qualidade das áreas dentro de reservas legais e outras áreas protegidas, além da necessidade de um grupo de trabalho técnico-científico que atue junto ao MMA no desenvolvimento de novas políticas.

MEIO AMBIENTE

Quase 40 milhões de lâmpadas fluorescentes tiveram descarte adequado no Brasil

Mercúrio dentro das lâmpadas é altamente tóxico para pessoas; associação Reciclus recomenda que a operação seja feita em locais adequados

(Foto: Divulgação)

Entre 2017 e 2024, 39,9 milhões de lâmpadas fluorescentes tiveram descarte ambientalmente adequado, principalmente em relação ao mercúrio usado nos dispositivos. O dado é da Associação Brasileira para a Gestão da Logística Reversa de Produtos de Iluminação - Reciclus, entidade responsável pela logística reversa das lâmpadas que contêm mercúrio em sua composição.

O mercúrio é um dos elementos químicos mais perigosos para a saúde humana e está presente em muitos objetos do cotidiano, como lâmpadas, pilhas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a exposição humana ao metal pode acarretar problemas graves que vão de danos cerebrais a complicações respiratórias.

Descarte

Para que o descarte desses produtos seja feito de forma ambientalmente correta, é preciso haver sistemas apropriados de coleta e destinação final. A Reciclus atua nesse sentido e é uma das entidades que possui pontos de coleta nos estabelecimentos e uma rede de parceiros, disse Camilla Horizonte, gerente de operações e marketing da Reciclus.

"Qualquer estabelecimento que comercialize lâmpadas, caso esteja disponível pelo Acordo Setorial, pode ter um coletor da Reciclus gratuitamente e, assim, receber todo o suporte necessário para transporte, instalação e retirada de lâmpadas quando solicitado", assinala. Segundo a entidade, há coletores espalhados em todo o Brasil e tem sido realizada desde 2017, ano de fundação da Reciclus.

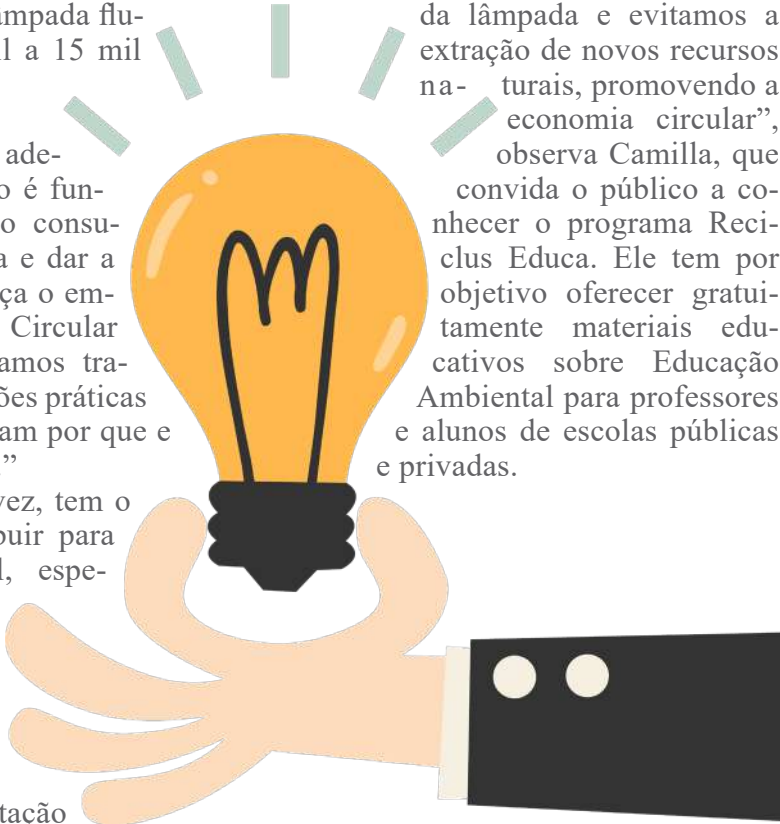
Quando o coletor do estabelecimento atingir a capacidade de 80%, o responsável precisa fazer a solicitação de coleta pelo site da entidade e os parceiros homologados farão o transporte e a destinação ambientalmente correta nas recicladoras. "É imprescindível estabelecer um planejamento logístico rigoroso em colaboração estreita com os transportadores e recicladores devidamente homologados", disse a coordenadora de sustentabilidade e logística da Reciclus, Natalia Fochi.

Apesar de o Brasil não produzir mais lâmpadas fluorescentes e sua importação estar diminuindo, a comercialização e o uso ainda são relevantes. De janeiro a abril, o País importou 633 mil lâmpadas fluorescentes, de acordo com a Reciclus. Em 2023, o volume importado foi de 7,5 milhões de unidades, quantidade menor em relação a 2022, quando foram trazidas 12 milhões de unidades. Estima-se que a vida útil de uma lâmpada fluorescente seja de 10 mil a 15 mil horas.

Engajamento

Para fazer o descarte adequado, a conscientização é fundamental para engajar o consumidor a sair de sua casa e dar a destinação correta, reforça o embaixador do Movimento Circular Flavio Ribeiro. "Precisamos trabalhar valores e orientações práticas para que as pessoas saibam por que e como isso deve ser feito."

A Reciclus, por sua vez, tem o compromisso de contribuir para a Educação Ambiental, especialmente de crianças e jovens, para que possamos juntos contribuir para um planeta melhor. Isso inclui esforços de divulgação, educação, conscientização e orientação dos consumidores sobre como lidar com os resíduos de lâmpada de forma adequada para não causar dano ambiental e direcionamento à destinação adequada.

"Assim, fechamos o ciclo de vida da lâmpada e evitamos a extração de novos recursos naturais, promovendo a economia circular", observa Camilla, que convida o público a conhecer o programa Reciclus Educa. Ele tem por objetivo oferecer gratuitamente materiais educativos sobre Educação Ambiental para professores e alunos de escolas públicas e privadas.

O futuro é agora: o cuidado e a responsabilidade com a saúde do ambiente do início ao fim

Iniciativas visionárias - da agricultura regenerativa ao descarte correto de cápsulas de café

A sustentabilidade tem se destacado como um alerta às mudanças necessárias para construirmos um futuro mais saudável. Mas e quanto à saúde do atual ambiente em que vivemos? A preocupação pode ser transformada em ações cotidianas plantadas como uma semente que crescerá aos poucos em forma de hábitos benéficos para os seres como um todo. O impacto ambiental de produtos cotidianos tem impulsionado iniciativas inovadoras no setor, com a adoção de um conjunto de soluções que busca abranger as mais diversas áreas.

Dentre essas iniciativas, a marca italiana illycaffè aborda a sustentabilidade desde o plantio do café, com a agricultura regenerativa - um conjunto de técnicas que visam não apenas a produção de alimentos, mas também a revitalização dos ecossistemas, até o descarte correto de suas cápsulas de café pós consumo.

A agricultura regenerativa envolve o uso de diversos métodos, como o plantio, o manejo integrado e a reciclagem. Essas práticas não apenas promovem a saúde do solo e a biodiversidade, mas também contribuem para a redução das mudanças climáticas, capturando carbono da atmosfera e armazenando-o no solo.

O movimento crescente de preocupação com as cápsulas de café, um produto popular e prático, mas que gera uma quantidade significativa de resíduos, também faz parte do conjunto de ações da empresa que possui parceria com a TerraCycle desde 2021, disponibilizando gratuitamente o Programa de Reciclagem de Cápsulas de Café illy.

Por meio desse programa, as cápsulas de café usadas são coletadas e encaminhadas para reciclagem, evitando que se tornem resíduos poluentes em aterros ou lixões. O material reciclado pode ser utilizado na fabricação de novas cápsulas ou em outros produtos, fechando assim o ciclo de vida do material e reduzindo o impacto ambiental.

Além disso, há mais de 30 anos, a illycaffè incentiva a produção cafeeira de qualidade sustentável no Brasil por meio do Prêmio Ernesto Illy de Qualidade Sustentável do Café para Expresso.

Em sua 33ª edição, a empresa selecionou os melhores grãos em duas categorias: Nacional e Regional.

Essas iniciativas demonstram a importância de abordagens integradas e sustentáveis em todos os setores. Ao adotar práticas regenerativas e investir em soluções ambientalmente responsáveis, é possível promover um desenvolvimento cotidiano mais equilibrado e preservar os recursos naturais para as gerações futuras.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676